

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

Eduardo de Borba

O pluralismo enquanto alternativa ao monismo metodológico na economia

Florianópolis, 2013

EDUARDO DE BORBA

O pluralismo enquanto alternativa ao monismo metodológico na economia

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dra. Brena Paula Magno Fernandez

Florianópolis

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Área de concentração: Economia.

Data da aprovação: 27/11/2013

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 10 (dez) ao aluno Eduardo de Borba na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Brena Paula Magno Fernandez

Prof^a. Dra. Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Msc. Felipe Wolk Teixeira

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Márcia e Roberto, por serem quem são e não serem quem não são.

A Helena, que por perguntar sabe mais que todos na mesa de bar.

E ao Zé, que se recusa ao bipedismo pois sabe que daqui de cima a coisa não fica melhor.

Talvez eles pensem como aquele árabe, que perguntou a um inglês qual seria a força que haveria de segurar um avião no ar. “Gasolina!”, respondeu secamente o inglês. “Não!”, replicou serenamente o árabe, “Alá!” (Roberto Schwarz)

RESUMO

Existe na ciência e na economia uma tendência ao monismo metodológico, e conseqüentemente, à implicação de que há um método correto para analisar e propor teorias. A compreensão do trabalho investigativo segundo essa visão acaba por eliminar alternativas, muitas vezes sem ao menos as analisar criticamente. Neste trabalho buscou-se contrapor essa situação a partir da abordagem do pluralismo metodológico dentro da economia, trabalhando as principais contribuições de três autores para o assunto: a falácia do método exclusivo de John Neville Keynes, o pluralismo crítico de Bruce Caldwell e o pluralismo estruturado de Sheila Dow. Acreditamos que o pluralismo é uma possibilidade viável dentro da economia, principalmente por possibilitar um debate menos dogmático e focado numa relação entre as ferramentas (métodos) utilizadas pelos economistas e os problemas a serem investigados. Entretanto, essa proposta requer um ambiente científico comprometido com a crítica racional e sistemática das posições adotadas e uma ciência econômica mais aberta às posições que não ocupam o centro do conhecimento produzido na área.

Palavras-chave: metodologia econômica; pluralismo; Bruce Caldwell; Sheila Dow; John Neville Keynes.

ABSTRACT

There is in science and economics a tendency to methodological monism and this implies that there is a correct method to analyze and propose theories. The comprehension of the investigative work in this view ultimately eliminate alternatives, often without even analyze them critically. In this study, we try to counteract this situation from the approach of methodological pluralism within economics, analyzing the main contributions of three authors to the subject: the fallacy of exclusiveness of John Neville Keynes, Bruce Caldwell's critic pluralism and the structured pluralism of Sheila Dow. We believe that pluralism is a viable possibility within the economy, mainly by allowing a less dogmatic debate and focused on a relationship between the tools (methods) used by economists and the problems to be investigated. However, this proposal requires an environment committed to the scientific rational and systematic critique of the positions adopted and an economics more open to positions that do not occupy the mainstream of the knowledge produced in the area.

Key-words: economic methodology; pluralism; Bruce Caldwell; Sheila Dow; John Neville Keynes.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – O proto-pluralismo de John N. Keynes..... | 32 |
| Figura 2 – O pluralismo crítico de Bruce Caldwell..... | 38 |
| Figura 3 – O pluralismo estruturado de Sheila Dow..... | 45 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Características de sistemas abertos e sistemas fechados..... | 41 |
|---|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 TEMA E PROBLEMA | 11 |
| 1.2 OBJETIVOS | 12 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 13 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 13 |
| 1.1.3 Justificativa | 13 |
| 2. METODOLOGIA | 16 |
| 3 REFERENCIAL TEÓRICO: O MONISMO METODOLÓGICO E A EMERGÊNCIA DO PLURALISMO | 17 |
| 3.1 O PLURALISMO NA CIÊNCIA MODERNA..... | 19 |
| 3.1.1 A questão da complexidade | 20 |
| 3.1.2 O pluralismo metodológico de Paul Feyerabend..... | 21 |
| 3.1.3 O pluralismo metodológico de Hugh Lacey | 23 |
| 4 PLURALISMO METODOLÓGICO NA ECONOMIA | 26 |
| 4.1 O PROTO-PLURALISMO DE JOHN NEVILLE KEYNES..... | 28 |
| 4.1.1 Mas a final, qual o escopo e método da economia? | 29 |
| 4.1.2 A falácia da exclusividade | 30 |
| 4.1.3 O pluralismo metodológico de John N. Keynes..... | 31 |
| 4.2 O PLURALISMO CRÍTICO DE BRUCE CALDWELL | 33 |
| 4.2.1 Pra que serve a metodologia?..... | 35 |
| 4.2.3 Pluralismo crítico | 37 |
| 4.2.3 A função da crítica para Caldwell | 39 |
| 4.3 O PLURALISMO ESTRUTURADO DE SHEILA DOW | 40 |
| 4.3.1 Sistemas abertos e sistemas fechados | 42 |
| 4.3.2 As escolas de pensamento em compatibilidade com o pluralismo..... | 44 |
| 4.3.3 Pluralismo estruturado..... | 46 |
| 5 ALGUMAS CRÍTICAS AO PLURALISMO | 49 |
| 5.1 O pluralismo leva à anarquia..... | 50 |
| 5.2 O que sobra para crítica se todos forem pluralistas? | 52 |
| 5.3 O pluralismo não pode revelar teorias verdadeiras | 54 |
| 5.4 Posição interina..... | 55 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 62 |

1 INTRODUÇÃO

Em 1891, John Neville Keynes publicou “The scope and method of Political Economy”, lançando um novo feixe de luz sobre a polêmica travada à época entre a economia clássica inglesa, de cunho positivista e a escola histórica alemã, de caráter metodológico indutivista. Ao propor o pluralismo enquanto abordagem metodológica para o estudo da economia, Keynes visava precaver a investigação científica do que chamou “falácia do método exclusivo” (KEYNES, 1999 [1981]). Tentava, então, posicionar o empenho do conhecimento científico na economia acima das rixas existentes entre os diferentes programas de pesquisa.

Passado “o longo século XX” e uma década do “pós-moderno” século XXI, a situação vivenciada por J.N. Keynes não parece ter mudado significativamente. A ciência desenvolveu-se extraordinariamente, mas os antagonismos e discursos divergentes parecem ter crescido tanto quanto.

Para além de posicionamentos à esquerda ou à direita, de análises que tendem ou não ao equilíbrio, parece-nos fator comum aos dois lados o debate transformando-se em embate, isto é, em que uma ideia se contrapõe a outra por encerrar em si toda a verdade, e conseqüentemente, eliminando a possibilidade de oposição.

Esse tipo de postura presente na ciência é especialmente problemática na economia, já que nesse campo o poder do discurso é parte atuante na definição do objeto. Em última instância, a economia será aquilo que a sociedade (e mais proeminentemente os economistas) definirem ser. Assim, o lado com maior representatividade será o mais aceito, muito embora não implique necessariamente na posição correta, que encerra os fatos e as discussões.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Atualmente é perceptível que os programas de pesquisa dominantes, vulgarmente chamados de *mainstream*, venceram a batalha metodológica e impõem-se enquanto norteador da discussão econômica.

Entretanto, a crise financeira dos mercados mundiais de 2008 só fez aumentar as divergências entre as diferentes correntes de pensamento, representadas pelas escolas de pensamento categorizadas entre visões ortodoxas e heterodoxas.

A proposta metodológica pluralista dentro da economia pretende amainar esse debate, opondo-se ao monismo metodológico, que vaticina a existência de apenas um método correto para a prática da economia e que, portanto, as alternativas são enganosas e não devem ser consideradas. Como observa Dow (2004, p. 1, tradução nossa)

Mais recentemente, a pluralidade e o pluralismo do pensamento metodológico moderno é posta em Hands (2001) sob o que ele chama de 'nova metodologia econômica'. De fato, a ideia de pluralismo tem sido tomada de forma mais ampla, não apenas dentro de metodologia econômica, mas também dentro da própria prática econômica. Existe agora um grupo de cerca de 40 organizações internacionais na ICAPE, a Confederação Internacional das Associações pelo Pluralismo em Economia. Nos níveis teóricos e de política também houve uma expressividade explícita do pluralismo¹.

Porém, será o pluralismo capaz de propor uma alternativa para a tradição positivista que tomou conta das ciências e, especialmente, da economia? Mais especificamente, o pluralismo surge como um oponente viável ao monismo metodológico que hoje encontra-se no debate econômico?

1.2 OBJETIVOS

Este trabalho abordará a pluralismo enquanto abordagem metodológica na pesquisa econômica.

¹ "More recently, the plurality and pluralism of modern methodological thought is set out in Hands's (2001) account of what he calls the 'new economic methodology'. Indeed, the idea of pluralism has been taken up more widely, not only within economic methodology, but also within economic practice itself. There is now a grouping of around 40 international organizations in ICAPE, the International Confederation of Associations for Pluralism in Economics. At the theoretical and policy levels too, there has been an explicit expression of pluralism."

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar uma compilação da proposta metodológica pluralista para a economia, sob as perspectivas teóricas de John N. Keynes, Bruce Caldwell e Sheila Dow.

1.2.2 Objetivos específicos

- Situar a emergência do pluralismo enquanto uma abordagem metodológica para a economia;
- Apresentar as propostas pluralistas de John N. Keynes, Bruce Caldwell e Sheila Dow.
- Discutir algumas críticas feitas à proposta pluralista na economia, a partir dos autores estudados;

1.1.3 Justificativa

É incipiente a produção brasileira sobre o tema do pluralismo enquanto método para investigação econômica. Embora seja notável o trabalho da professora Ana Maria Bianchi em seu artigo “Muitos Métodos é o Método: A respeito do Pluralismo” para a disseminação da abordagem enquanto alternativa, seu trabalho tem caráter introdutório, sem aprofundamento das questões e problemáticas que envolvem o tema e os seus desenvolvimentos mais atuais.

Além disso, à época de sua publicação, trabalhos importantes como a coletânea “Pluralism in Economics: New Perspectives in History and Methodology” (SALANTI & SCREPANTI, 1997) não haviam sido publicados. De certa forma, o

debate que se originou na década de 80 sobre a retórica na economia² como uma contraposição ao modernismo que imperava ganhou fôlego nos anos 90 com o tema do pluralismo. Porém, ao contrário do primeiro, grande parte da produção da matéria encontra-se em língua inglesa, dificultando o acesso à abordagem. Assim, este trabalho tem caráter compilatório, ambicionando congregar em língua nacional uma introdução ao tema, a partir das perspectivas já citadas, com objetivo de acessibilizar aos interessados no assunto um primeiro contato com a matéria aqui tratada.

Portanto, dadas as condições atuais da discussão econômica, o pluralismo desenha-se enquanto uma alternativa para a solução de problemas. É por isso que a expansão do conhecimento sobre o tema representa um passo rumo a viabilização do debate entre as correntes antagônicas tanto da metodologia econômica, quanto dos próprios economistas praticantes.

Entretanto, este trabalho apresenta algumas limitações em seu escopo. As duas principais que apontamos são: a seleção dos autores e o escopo dado ao pluralismo aqui tratado.

Selecionamos o trabalho de John N. Keynes (1999) por este ser uma das primeiras vozes no sentido da rejeição do monismo na economia. O próprio Keynes (1999, p. 11) cita, por exemplo, que o pensamento de Adam Smith funciona sob uma certa pluralidade prática, já que em *A riqueza das Nações* (1776) encontra-se tanto argumentos indutivos quanto dedutivos.

Bruce Caldwell (1984; 1985; 1988; 1997) e Sheila Dow (1997; 2004; 2005; 2008; 2013) foram elencados como referência, pois ambos desenvolvem uma ideia mais elaborada de pluralismo, sendo o primeiro geralmente tributado como o introdutor desse debate e ela oferecendo uma proposta que abordava pontos não tratados por Caldwell.

Muitos outros autores escreveram e escrevem sobre o tema, que como dito, teve uma nova injeção de ânimo com as incertezas geradas pela crise financeira de 2008. Entretanto, nosso recorte fora feito com base na justificativa acima, visto que

² As principais exposições sobre o tema encontram-se em publicadas em português em REGO (1996).

acreditamos que uma coadunação das três ideias seja suficiente para uma discussão inicial, porém consistente, da proposta pluralista.

Outra limitação refere-se ao fato que tratamos aqui apenas do pluralismo enquanto uma instância metodológica, e portanto, não abrimos neste trabalho discussões sobre o caráter ontológico e epistêmico da proposta (embora não deixamos de mencioná-los pontualmente). Acreditamos, assim como Caldwell, que essa discussão de caráter filosófico, embora necessária, exigiria uma dedicação e abertura a um campo que não dominamos, e outros autores mais capacitados sobre esses pontos podem se dedicar. Por uma completa incapacidade, deixamos essa ingrata, porém profícua tarefa aos companheiros filósofos, que com mais critério podem tratar essas questões.

2. METODOLOGIA

Esta monografia, por pretender-se um compêndio da abordagem metodológica pluralista à luz de autores selecionados, terá o caráter de uma pesquisa exploratória, que “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito [...]” (GIL, 2010). Para isso, será conduzida uma pesquisa bibliográfica às publicações dos referidos autores.

Para tal, assume-se como escopo conceitual de pesquisa os escritos autores supracitados. Embora essa limitação implique num estreitamento das abordagens consideradas enquanto o desenvolvimento da concepção pluralista do trabalho, não se configura num impeditivo às críticas a essa abordagem, visto que outros escritos serão contrapostos, especialmente quando traçar-se um comparativo com a abordagem positivista.

Como já exposto nas seções anteriores, a maior parte da bibliografia do tema está publicada apenas em língua inglesa, assim, por uma opção metodológica a monografia apresentará nossa tradução própria no corpo do texto, mas trará o texto original dos autores citados nas notas de rodapé, tentando minimizar ambiguidades decorrentes de tradução.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: O MONISMO METODOLÓGICO E A EMERGÊNCIA DO PLURALISMO

A ciência moderna goza de um status de produção do saber diferenciado das outras formas de conhecimento, que por muitas vezes são classificadas como “não-científicas”. Para Dutra (1998, p.9) “[a ciência] não se trata da única atividade por meio da qual produzimos conhecimento, mas normalmente concedemos a ela certa superioridade, e hoje confiamos mais em suas teorias e explicações do que nas de outros ramos do saber.” Entretanto, o que conferiu à ciência o prestígio da qual desfruta atualmente? Segundo Fernandez e Bêrni (2012, p. 20) “a resposta que congrega o maior número de adeptos é uma: o método científico”. Então, uma segunda pergunta importante seria: em quais bases estrutura-se o método de investigação científica? É ponto pacífico na literatura sobre a história do desenvolvimento científico a ligação entre a filosofia positivista de Auguste Comte, desenvolvida principalmente em “Curso de Filosofia Positiva” (1988 [1853]), e a ciência moderna tal qual é hoje³.

Neste trabalho aderimos à referida tese de ligação entre a doutrina positivista e o estado atual da ciência, e mais especificamente, trataremos das concepções positivistas no campo das ciências sociais nos termos postos por Löwy (1994, p. 17) para quem a “figuração ideal-típica” dessa corrente assenta-se nos seguintes pressupostos:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como “naturalismo positivista”) e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza.
3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos.

³ “Se os extravagantes caprichos “religiosos” e messiânico-humanitários de Comte tiveram pouca repercussão além dos limites de uma seita de iniciados (a “Igreja positivista” e pertencem, no essencial, ao Museu das Ideologias do século XIX, a semente do positivismo comtiano, sua pesquisa metodológica, estava destinada a tornar-se – de maneira direta ou indireta, aberta ou encoberta, substancial ou diluída, total ou parcial, reconhecida ou não – um dos pilares da ciência universitária (ou institucional) moderna, até hoje.” (LOWY, 1994, p. 25)

Portanto, o primeiro pode ser entendido como uma pressuposição ontológica, ao passo que o segundo trata das questões de cunho epistemológico/metodológico. Nesta monografia, a oposição feita ao positivismo pela abordagem pluralista diz respeito mais especificamente à segunda concepção, isto é, aos aspectos de caráter metodológico. Aqui também já construímos uma relação de identidade para fins do trabalho, estabelecendo uma relação sinonímia entre os termos “visões modernistas” e “visões positivistas” da ciência moderna⁴.

Aqui não faremos digressões sobre a real natureza da filosofia positivista, bem como não serão apresentados os desenvolvimentos dessa doutrina⁵. É objeto do trabalho abordar como a visão positivista da ciência moderna, e conseqüentemente no âmbito da ciência econômica, sustenta uma visão monista dos métodos de investigação científica. Kellert, Longino e Waters (2006, p. X tradução nossa) definem essa visão do seguinte modo:

1. O objetivo final da ciência é estabelecer uma única, completa e abrangente explicação do mundo natural (ou a parte do mundo investigado pela ciência) com base em um único conjunto de princípios fundamentais;
2. a natureza do mundo é tal que pode, ao menos em princípio, ser completamente descrita ou explicada por essa determinada abordagem;
3. existem, ao menos em princípio, métodos de investigação que se corretamente perseguidos, levarão a essa explicação;
4. métodos de investigação devem ser aceitos com base em suas capacidades de alcançarem tais explicações; e
5. teorias individuais e modelos científicos devem ser avaliados principalmente com base na suas capacidades de fornecerem (ou chegarem perto de fornecer) uma explicação abrangente e completa baseada em princípios fundamentais.⁶

Podemos então definir, de forma inicial, o pluralismo científico como uma oposição a esses ideais monistas acima citados. E, além disso, desde já afirmamos

⁴ Essa relação será mais aprofundada na introdução do capítulo 4.

⁵ Para uma discussão didática sobre o tema, ver Dutra (2005, cap. 2)

⁶ “1. The ultimate aim of a science is to establish a single, complete, and comprehensive account of the natural world (or the part of the world investigated by the science) based on a single set of fundamental principles; 2. the nature of the world is such that it can, at least in principle, be completely described or explained by such an account; 3. there exist, at least in principle, methods of inquiry that if correctly pursued will yield such an account; 4. methods of inquiry are to be accepted on the basis of whether they can yield such an account; and; 5. individual theories and models in science are to be evaluated in large part on the basis of whether they provide (or come close to providing) a comprehensive and complete account based on fundamental principles.”

que essa oposição não se estende à ciência, mas sim a esse modo específico de se entender e cria-la.

Outro importante aspecto, especificamente no processo das ciências sociais, e iconicamente no caso da economia, foi o caminho tomado na validação dessas áreas enquanto disciplinas científicas. Esse movimento foi feito numa tentativa de aproximação às ciências já estabelecidas, mormente a Física. Esse ideal é expresso pela expectativa de Durkheim (apud Lowy, 1994, p. 29) que “o sociólogo se coloque no estado de espírito no qual estão os físicos, químicos, fisiólogos, quando eles se debruçam sobre uma região ainda inexplorada de seu domínio científico”⁷.

É contra esse conjunto de ideias cristalizadoras da posição monista metodológica que a abordagem pluralista argumenta.

3.1 O PLURALISMO NA CIÊNCIA MODERNA

A proposta pluralista na epistemologia da ciência faz parte de um debate periférico, justamente por não se centrar veementemente num tipo de normatização monista, ou seja, a construção de um caminho único e seguro que direciona os cientistas para suas conclusões. Essa ideia é estranha aos adeptos do pluralismo.

Mas as urgências da sociedade tecnocientífica atual, o próprio desenvolvimento dos conceitos científicos e de seus objetos de investigação, além de um gradual distanciamento da comunidade científica de sua pretensão quase alquímica de acesso à Verdade categórica trazem para a discussão a necessidade de um tipo de pensamento menos ortodoxo, mais holístico e, também, plural. Assim, se fará uma exposição rápida de três questões que conduzem a proposta pluralista na ciência moderna: a primeira é a questão da complexidade, que origina-se enquanto um estágio do pensamento intelectual e desponta enquanto um campo específico do conhecimento. As duas outras questões dizem respeito a abordagens específicas de Paul Feyerabend (2011) e Hugh Lacey (1999; 2012), que apontam conceitos importantes para a discussão do pluralismo enquanto abordagem.

⁷ E aqui é importante destacar a importância de Durkheim na formação das ciências sociais.

3.1.1 A questão da complexidade

A situação atual do pensamento científico pode ser condensada no tema da complexidade, ou *epistemologia da complexidade*. Em palestra proferida em Paris, e publicada com o título “Por uma reforma do pensamento”, Edgar Morin (1999) defende que a ideia de que a ciência era um “espelho da realidade” assentava-se em três pilares fundamentais: ordem, separabilidade e razão. No entanto, esses pilares hoje balançam. A ideia de ordem foi abalada pela emergência da incerteza, a separabilidade dos saberes apresenta-se como uma limitação para abordagens mais completas e a própria razão viu-se questionada pela incapacidade de um sistema explicar-se através de seus próprios meios. É nesse contexto que a questão da complexidade demonstra-se enquanto um fenômeno emergente e que pede uma nova compreensão da racionalidade científica. Sobre esse questão, o pluralismo então se apresentará como uma abordagem profícua na viabilização de um ambiente realmente transdisciplinar.⁸

Na Ciência Econômica, a partir da década de 1940⁹, Friedrich Von Hayek foi o precursor de importantes discussões sobre as implicações dos fenômenos complexos para a prática do economista. Para ele

[As] ciências sociais, como muito da biologia mas de forma diferente da maioria dos campos das ciências físicas, tem que lidar com estruturas de complexidade de essência, isto é, com estruturas cujas propriedades características podem ser demonstradas apenas por modelos formados de um número relativamente grande de variáveis. (HAYEK, 1982, p. 186]

Hayek também lança luz sobre a questão da complexidade a partir da ideia de que o intelecto humano trabalha por meio da construção e do reconhecimento de padrões, e nos eventos complexos, o número de dados ou variáveis envolvidos é muito grande ou não conhecido em toda sua extensão (HAYEK, 1982). Assim, a

⁸ Keynes (1999, p. 51-55) nas notas do terceiro capítulo analisa a questão da interdependência dos fenômenos econômicos.

⁹ Nos artigos “Scientism and the Study of Society” (1942), “Degrees of Explanation” (1967) e “The Theory of Complex Phenomena” (1964), Hayek apresenta suas conclusões sobre a questão da complexidade na atividade científica e, especificamente, no campo da economia.

previsão de padrões dentro de fenômenos complexos implica em tarefas diferentes dos assumidos em fenômenos simples.

Portanto, os desenvolvimentos sobre a temática da complexidade na investigação de fenômenos é um campo aberto, com grandes possibilidades de contribuição, principalmente na proposta de programas de pesquisa transdisciplinares. Uma área que já ganha forma mais definida dentro desse campo é o estudo dos chamados sistemas complexos. Porém, o tema ainda é uma fronteira em expansão nas novas abordagens de investigação científica, e assim, apresentaremos o pluralismo a partir de concepções que não tratam a complexidade nos seus desenvolvimentos mais modernos, mas que evocam alguns de suas ideias gerais.¹⁰

3.1.2 O pluralismo metodológico de Paul Feyerabend

Paul Feyerabend talvez seja o mais marginalizado dos epistemólogos, a partir da perspectiva dominante (positivista). Tal “distinção” pode nascer do fato de sua principal obra intitular-se “Contra o Método” (2011 [1975]). Suas ideias foram lidas como uma crítica à própria razão, quando em verdade criticavam o racionalismo, que para Feyerabend representava a imposição dentro da ciência de um padrão de “obediência a regras fixas e padrões imutáveis” (REGNER, 1996, p. 235). Esse racionalismo era atribuído às ideias de Karl R. Popper (especificamente dirigido ao falsificacionismo), e este é o maior alvo das críticas de Feyerabend, como o próprio deixa claro na introdução de *Contra o Método* (FEYERABEND, 2011, p. 7).

É nessa oposição a uma ciência dogmática, e, segundo ele, acrítica, que Feyerabend desenvolve seu anarquismo metodológico, uma proposta seminal do pluralismo enquanto abordagem metodológica. Em uma das suas defesas contra as acusações de relativista, Feyerabend assim se justifica:

¹⁰ Fonseca (2012) esboça uma conceituação sobre a definição de sistemas complexos no capítulo 3 de seu trabalho, alertando para as dificuldades de unicidade do conceito devido a seu caráter “transdisciplinar e recente”.

O que descobrimos ao viver, experimentar, fazer pesquisa não é, portanto, um único cenário chamado “o mundo” ou “ser” ou “realidade”, mas uma variedade de respostas, cada uma delas constituindo uma realidade especial (e nem sempre bem definida) para os que a originaram. Isso é relativismo, porque o tipo de realidade encontrado depende da abordagem tomada. (FEYERABEND, 2011, p. 342)

Essa concepção de uma ontologia definida pela relação com o objeto de pesquisa é a base da crítica contra os modelos monistas de método científico.

Portanto, quando Feyerabend afirma que em metodologia “tudo vale” (FEYERABAND, 2011, p. 42) três pontos devem ser levados em consideração: 1) essa afirmação é constantemente posta fora de contexto; em verdade, ele afirma que “ficará claro que há apenas um princípio que pode ser defendido em *todas* as circunstâncias ou estágios do desenvolvimento humano. É o princípio de que tudo vale”; 2) portanto, o “tudo vale” é um princípio num contexto em que se espera um princípio único. Isto é, apresenta-se mais como uma resposta retórica aos questionamentos dos monistas do que uma norma¹¹; 3) se desejarmos, ainda assim, encará-lo como um princípio, o “tudo vale” deve ser como uma oposição ao dogmatismo com relação aos meios de acesso ao conhecimento, representado na exclusão de alternativas não por princípios racionais, mas por questões de tradições estabelecidas, e não a uma destituição da razão enquanto critério essencial nos processos de investigação.

Assim, assentado na compreensão de que o conhecimento é mutável, que não há como encapsulá-lo sob uma única abordagem ou perspectiva, e que “todas as metodologias, mesmo as mais óbvias, têm limitações (FEYERABAND, 2011, p. 45) propõe o pluralismo metodológico. Essa abordagem possibilita um ambiente de “proliferação de teorias” já que “hipóteses contradizendo teorias bem confirmadas proporcionam-nos evidência que não pode ser obtida de nenhuma outra maneira.” (FEYERABEND, 2011, p. 49). Assim, a justificativa do pluralismo metodológico de Feyeraband encontra-se na ideia de que mais conhecimento é sempre preferível a menos conhecimento. Para o autor,

¹¹ “Tudo vale” não é um “princípio” que sustento – não penso que “princípios” possam ser proveitosamente usados e discutidos fora do situação concreta de pesquisa que supostamente afetam -, mas é a exclamação aterrorizada de um racionalista que examina a história mais de perto.” (FEYERABEND, p. 8, 2011)

Um cientista interessado em obter o máximo conteúdo empírico, que deseja compreender tantos aspectos de sua teoria quanto possível, adotará uma metodologia pluralista, comparará teorias umas com as outras teorias, em vez de com “experiência”, “dados” ou “fatos”, e tentará aperfeiçoar, e não descartar, as concepções que aparentem estar sendo vencidas na competição (FEYERABAND, 2011, p. 49).

Portanto, é essa concepção de um ambiente propício a “proliferação de teorias” que será considerado no presente trabalho enquanto uma contribuição de Feyerabend ao tema do pluralismo na ciência.

Existem pontos na sua obra que precisam ainda ser melhor compreendidos, sobretudo nos limites e limitações dos métodos que seriam aceitos numa abordagem pluralista. Entretanto, essas objeções são frequentemente estendidas ao pluralismo enquanto uma alternativa metodológica em geral, e não limitando-se apenas à obra de Feyerabend. Questões como o a crítica recorrente sobre o suposto “relativismo” da proposta serão discutidas mais detalhadamente no capítulo 5, junto a outras críticas que frequentemente são levantadas.

3.1.3 O pluralismo metodológico de Hugh Lacey

Hugh Lacey é um filósofo da ciência australiano com docência no departamento de filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e professor emérito do Swarthmore College – Pennsylvania (onde lecionou desde 1972). Mesmo que atualmente aposentado, ainda trabalha com temas concernentes aos fundamentos da epistemologia, principalmente com questões relacionadas aos valores na atividade científica¹².

Em seu artigo de 2012, intitulado “Pluralismo metodológico, incomensurabilidade e o status científico do conhecimento tradicional”, Lacey faz uma incursão sobre a possibilidade do pluralismo metodológico enquanto uma “estratégia” de investigação científica. Para isso, define a ciência enquanto “investigação empírica sistemática, sensível ao ideal de imparcialidade, **conduzida mediante o uso de quaisquer estratégias metodológicas que sejam**

¹² As ideias sobre o tema encontram-se reunidas no seu livro “Is science value free? Values and scientific understanding” (1999)

apropriadas à obtenção dos objetos investigados” (LACEY, 2012, p. 425, grifo nosso). A partir dessa definição, é evidente a sua adesão a proposta de uma abordagem pluralista, algo que de fato o autor advoga. Porém, mais que isso, o extrato citado aponta para um compromisso do método utilizado com o objeto investigado. Entendemos então que a proposta pluralista encontrada em Lacey advoga uma “orientação ao problema”. Nas suas palavras,

A escolha da estratégia adotada em um projeto de pesquisa é (explícita ou implicitamente) inseparável da delimitação da esfera dos fenômenos considerados de interesse para a investigação e dos tipos de possibilidades que se deseja encapsular (LACEY, 2012, p. 428)

A partir desses pontos, Lacey traça uma distinção entre abordagens contextualizadas (AC) e abordagens descontextualizadas (AD).

As abordagens descontextualizadas restringem seus fenômenos à relação entre “estruturas, processo, interação e lei subjacentes, dissociados de seus contextos humanos, sociais e ecológicos” (LACEY, 2012, p. 427), sendo importante em seu desenvolvimento a utilização de dados quantitativos.

Já as abordagens contextualizadas (ou aristotélicas) tratam seus fenômenos em seus ambientes, compreendendo assim os agentes internos do fenômeno, mas também os externos, isto é, aqueles que fogem a relação causal direta.

Assim, embora a ciência comum trabalhe quase exclusivamente com estratégias descontextualizadas, e essas abordagens sejam importantes no desenvolvimento de inovações tecnológicas, por exemplo, as abordagens contextualizadas permitem um “entendimento completo”, abarcando uma maior número de valores cognitivos e, portanto, maior capacidade de respostas aos problemas que o pesquisador enfrenta.

Dentro da ciência econômica, um empreendimento altamente “humanizado”, a plausibilidade de abordagens contextualizadas torna-se evidente e até mesmo desejável. Portanto, são as abordagens contextualizadas que estariam diretamente ligadas às propostas pluralistas.

Junto à “abertura” que a as estratégias de pesquisa contextualizadas possibilitam, a autoridade da ciência enquanto única forma de conhecimento sistemático válido é questionada. Sob essa perspectiva, outras formas de conhecimento são também válidas, já que

as práticas de conhecimento tradicional, desde que sujeitas à restrição empírica – não necessariamente restrições impostas pelos dados obtidos no laboratório, mas também pelo “teste da prática”, pelo exercício do “saber-fazer” prático, e pelo “teste do tempo” –, podem ser razoavelmente incorporadas sob a categoria de “ciência”. (LACEY, 2012, p. 447)

Essa concepção mais abrangente, antes de ser encarada como relativista, deve ser entendida enquanto um alargador das possibilidades da pesquisa. Nesse ponto o argumento de Lacey parece encontrar-se com o de Feyerabend no tocante a reconhecer a ciência enquanto empreitada epistemológica das mais bem sucedidas, mas sem remeter a ela qualquer sobre-valor, isto é, sem transferir para ela aspirações dogmáticas de “único” método de construção do conhecimento aceitável.

Em muitos dos seus textos Lacey cita exemplos ecológicos, e nesse não é diferente. Para finalizar sua defesa de estratégias de investigação heterodoxas, argumenta que “o conhecimento tradicional informou as práticas de seleção que nos legaram as sementes indispensáveis para o cultivo de todas as culturas agrícolas de hoje, e sem as quais os transgênicos seriam impossíveis”. (LACEY, 2012, p. 451). Portanto, as estratégias diferentes não são concorrentes, mas complementares, e ambas fecundas; entretanto, seu nível de fecundidade está diretamente ligada aos fenômenos e aos valores sociais aos quais dispõem-se a escrutinar.

4 PLURALISMO METODOLÓGICO NA ECONOMIA

Como já afirmado, o status científico da economia é, ainda hoje, motivo de controvérsia entre a comunidade científica (inclusive fora da economia). Segundo Caldwell (1994, p. “x”) a partir da década de 1980, percebe-se um incremento no debate dos metodólogos sobre o tema, especialmente através da publicação de “Metodologia da Economia”, de Mark Blaug. Entretanto, as questões metodológicas – e por extensão a validade científica da economia – são discutidas desde o início da disciplina. Blaug (1999, p. 16) e Keynes (1999, p. 12) notam que o debate metodológico começa com Nassau W. Senior e John Stuart Mill, portanto, desde os primórdios da sistematização dos escritos econômicos.

Entretanto, é notável o caráter prescritivo das abordagens. Os trabalhos na área ofereciam, além de estudos sobre os métodos praticados, propostas metodológicas e essas, por sua vez, eram costumeiramente monistas. Isto é, promovia-se um debate de métodos que visava o acesso à abordagem correta, e conseqüentemente, ao abandono das outras propostas.

Esse tipo de desenvolvimento do campo (de viés positivista) é bem representado pelo fenômeno da formalização matemática, hoje imperativo no que concerne ao método correto de se teorizar economia. No entanto, não é demais lembrar que é correto para determinado tipo de ontologia sobre os próprios processos econômicos, a saber, uma concepção de sistema fechado¹³. Assim, o advogo do método formal-quantitativo não é mais livre de juízos que outra escolha, como lembra Dow (2008, p. 74).

Paralelo a isso, no campo da filosofia da ciência, Caldwell (1994, p. 224) identifica que “a contribuição mais significativa dos filósofos da tradição do crescimento do conhecimento (essa é sua designação para a linha de pensamento formada por Thomas Kuhn, Paul K. Feyerabend e Imre Lakatos) foi a demonstração que a busca por uma metodologia da ciência única, universal e prescritiva é quixotesca.”¹⁴ A economia vinha tentando algo que a filosofia já julgava superada.

¹³ A distinção entre sistema fechado e sistema aberto será feita seção-terciária 3.3.1

¹⁴ “The most significant contribution of the growth of knowledge philosophers was the demonstration that the quest for a single, universal, prescriptive scientific methodology is quixotic”.

Porém, na década de 1980 percebe-se o surgimento de abordagens metodológicas dentro da economia que se conciliavam com esse novo estágio da filosofia da ciência. Alguns metodólogos da economia propunham o fim da luta contra moinhos de vento. Notadamente, duas abordagens desempenham esse papel: a retórica e o pluralismo.

Importante apontar uma especificidade dessas propostas: Mais que métodos específicos de investigação (como as práticas de economia experimental, que também vêm tendo destaque enquanto propostas não-ortodoxas), essas abordagens estão mais preocupadas com a interpretação dos empreendimentos econômicos, e portanto, tem caráter descritivo. Com isso, elas romperam com o papel demarcacionista do metodólogo, que para as abordagens tradicionais era a preocupação central do trabalho. Mais importante que julgar a validade científica ou não de determinada prática, era avaliar o conteúdo proposto por essas práticas.

Também destacamos que enquanto os defensores do pluralismo advogam que há sim, uma condução metodológica que deve ser perseguida, os retóricos, principalmente na figura de Deidre McCloskey advogam que não há método algum. Ainda assim, agrupamos nesse trabalho essas duas correntes enquanto abordagens metodológicas conforme descrito acima, e adiante demonstraremos através da exposição de Bruce Caldwell e Sheila Dow a possibilidade que a perspectiva pluralista abre para que os métodos sejam sim, levados em consideração e, portanto avaliados. Essa é uma importante divergência entre pluralistas e retóricos.

Em 1983, foram publicados dois trabalhos seminais no campo da retórica na economia: *The rethorics of economics*, de Deidre McCloskey e *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*, de Pérsio Árida. Juntamente com o já citado *Beyond Positivism*, de Bruce Caldwell, publicado em 1982, esses trabalhos representaram um enfrentamento claro com o modernismo/positivismo, que como também já fora dito, tem peso de sinônimo na abordagem que aqui delineamos. Essa relação é expressa por McCloskey (1994, p. XII) para quem o modernismo arquitetônico¹⁵ tem como versão filosófica o positivismo¹⁶.

¹⁵ “[o modernismo arquitetônico] cristalizou a ciência com C maiúsculo. Isto é, a simplificação de sintaxe, o decoro científico, a ordem mecânica do tempo e espaço, e, com isso, jogou à escanteio a ambiguidade, polissemia, obscuridade, alusão mitopoética e primitivismo” (McCloskey, 1994, p. xii, tradução nossa)

Em vista desse panorama que pretendeu colocar o aparente descompasso entre as práticas de metodologia na economia e os desenvolvimentos do assunto na filosofia da ciência, este capítulo tratará especificamente de 3 abordagens pluralistas em economia: a proposta embrionária de John Neville Keynes, o pluralismo crítico de Bruce Caldwell e a pluralismo estruturado de Sheila Dow. A abordagem de Keynes, por não ser do debate contemporâneo, foge ao panorama exposto acima que deve tributo aos já mencionados filósofos do “crescimento do conhecimento”. Entretanto, seu ineditismo é marcante e muitas de suas conclusões são pertinentes para o estado atual da discussão. Já Caldwell e Dow são contemporâneos, dialogam e, sobretudo, são produtos direto dessa dicotomia que foi esboçada entre o modernismo/positivismo da ciência atual e suas extensões para o campo da economia.

4.1 O PROTO-PLURALISMO DE JOHN NEVILLE KEYNES¹⁷

John Neville Keynes foi um catedrático de Cambridge, com atuação na área de lógica e economia política, mas que entrou para a história por ser pai de John Maynard Keynes. Entretanto, para os interessados no debate sobre os métodos da economia, sua maior contribuição fora feita em 1891, com a publicação de seu segundo trabalho acadêmico *Scope and Method of Political Economy*.

Com ele, Keynes pretendia amainar o debate travado à época entre a escola clássica inglesa e a escola histórica alemã (BIANCHI, 1992, p. 136), podendo resumir a primeira como uma abordagem positivista, abstrata e dedutiva e a segunda, interdisciplinar, histórica e indutiva. Esse debate ficou conhecido no meio acadêmico pela expressão alemã *methodenstreit*, que pode ser traduzida como disputa de métodos.

¹⁶ “[...] base that architectural modernism – its philosophical version being “positivism”.

¹⁷ Uma visão mais bem apresentada do que pretende-se nessa seção encontra-se no artigo da professora Ana Maria Bianchi “Muitos métodos é o método – A respeito do pluralismo” (1992)

4.1.1 Mas afinal, qual o escopo e método da economia?

Mesmo Keynes sendo íntimo dos envolvidos na *methodenstreit* (sua amizade com Alfred Marshall está documentada nos diários que manteve por mais de 50 anos), sua linha durante o livro é a apresentação das duas diferentes abordagens e a análise de suas potencialidades e deficiências. Essa afirmação é importante, pois revela o caráter investigativo do livro, isso é, de uma crítica interna das abordagens. Mais do que defender o indutivismo ou dedutivismo, a preocupação de Keynes era defender a boa prática na economia.

Por isso, não estava interessado em apontar o método correto para a economia, mas quais métodos seriam corretos para a resolução dos diferentes problemas. A busca agora não era mais por um método único e infalível de investigação da esfera econômica, mas sim, pelos caminhos mais adequados para a resolução de questões específicas. Isto é, uma abordagem com viés de dependência do problema (*problem-dependent*).

Esse tipo de conclusão só é possível, pois Keynes assim define o processo de investigação:

Na tentativa de definir o escopo de qualquer ramo de estudo, o objetivo é principalmente determinar as características distintivas dos fenômenos com que se trabalha, e do tipo de conhecimento que se busca sobre esses fenômenos. A investigação envolve também uma análise das relações entre o estudo em questão e ramos cognatos de estudo. **Ao passar à consideração do método, estamos lidando com um ramo da lógica aplicada, sendo o objetivo determinar a natureza dos processos lógicos especialmente apropriados para o estudo, ou seja, os métodos de investigação e prova de que pode se valer e o caráter lógico de suas conclusões enquanto afetada por estes.**¹⁸ (KEYNES, 1999, p. 7, tradução e grifo nosso)

Assim, da passagem supracitada, pode-se distinguir para Keynes dois momentos distintos da investigação: a definição do escopo, e portanto, dos objetos que serão tratados pelo investigador e, em função dessa definição, a metodologia

¹⁸ “In seeking to define the scope of any department of study, the object in view is primarily to determine the distinguishing features of the phenomena with which it deals, and the kind of knowledge that it seeks concerning these phenomena. The enquiry also involves an examination of the relations between the study in question and cognate branches of study. In passing to the consideration of method, we are dealing with a branch of applied logic, the object being to determine the nature of the logical processes specially appropriate to the study—that is, the methods of investigation and proof of which it can avail itself—and the logical character of its conclusions as affected thereby”

adequada para consecução dos objetivos propostos. Infere-se que, de recortes diferentes da realidade, diferentes métodos de investigação são possíveis.

A partir disso, Keynes afirma que entre os debatentes da escola clássica inglesa e escola clássica alemã existia um desentendimento quanto a natureza dos fenômenos econômicos, e postula ser “imperativo que os economistas devam procurar definir com a maior precisão possível a natureza e limites de sua esfera de investigação.” (KEYNES, 1999, p. 8). Esse tipo de constatação parece fortalecer os defensores da abordagem retórica na economia, já que a conclusão de Keynes parece apontar que, para além de um problema estritamente científico entre as duas correntes, parece haver um problema de discurso, manifestado pela não-compreensão entre os diferentes de ambas partes.

4.1.2 A falácia da exclusividade

Em decorrência das asserções que foram trabalhadas na subseção anterior, Keynes empreende contra o que ele denomina “falácia da exclusividade”¹⁹. Importante notar aqui que a escolha pelo termo falácia, que é cara ao campo da lógica, é condizente, primeiro com a formação e campo do autor, e segundo, com sua própria linha de argumentação, já que como para ele a definição do escopo é uma tarefa do próprio investigador, logo, para diferentes escopos e naturezas de processos investigados haveria uma adaptação dos métodos de pesquisa.

Define Keynes que a falácia da exclusividade representa a ação de “deixar um único aspecto ou campo da economia em evidência, e o método que responde a esse recorte, enquanto outros métodos, de igual importância em seu contexto, são negligenciados ou explicitamente rejeitados”²⁰. (KEYNES, 1999, p. 10)

Ou seja, advogar que apenas a análise histórica ou a formalização matemática dão cabo de todos os fenômenos é igualmente enganoso. Defender

¹⁹ “Fallacy of exclusiveness” (KEYNES, 1999, 10;110. Bianchi (1992, p. 137)

²⁰ “A single aspect or department of economic study is alone kept in view, and the method appropriate thereto aggrandized, while other methods, of equal importance in their proper place, are neglected or even explicitly rejected.”

abordagens específicas para o tratamento de problemas com o ferramental histórico ou a formalização, não é.

Metaforicamente, a apresentação das diferentes abordagens econômicas enquanto ferramentas é elucidativa, pois assim como não damos pressão num parafuso com um martelo, também não deveríamos cobrar explicações e previsões de determinada abordagem que estejam fora de seu escopo. Diz Keynes (1999, p. 10): “Métodos são atacados por não fazerem aquilo que, aqueles que advogam seu uso nunca imaginaram que eles poderiam fazer; e as qualificações e limitações que cada lado expõe de seu próprio método são evidenciados pelos concorrentes.”²¹

Ainda sobre a falácia da exclusividade, Keynes defende que a *methodenstreit* é identificada mais normalmente em questões menores do trabalho, e não nos pilares das concepções. Porém são nas declarações e posições sobre o método formal do trabalho que esses desentendimentos são aflorados. Assim, mesmo que Stuart Mill seja um dos defensores do dedutivismo, em suas obras ele pratica o indutivismo. (KEYNES, 1999, p.11; 15-16). Embora nunca seja demais lembrar que o autor escreve sobre um debate que ocorreu entre 1880-1890, também não é forçoso traçar paralelos com a situação atual do debate econômico.

4.1.3 O pluralismo metodológico de John N. Keynes

Apontemos aqui que toda a discussão metodológica feita por Keynes encontra-se sintetizada em sua introdução de *Scope and Method of Political Economy*. É lá que as ideias acima arroladas da definição do escopo e método e da questão sobre a falácia da exclusividade estão colocadas. Nos demais capítulos da obra, Keynes trata por menor os métodos especificamente, isto é, analisa as diferentes relações entre a economia política e as chamadas questões morais, em voga à época, além de aprofundar as abordagens dedutivas e indutivas à miúdo.

Mas reforçamos que é na introdução onde é traçada uma síntese das questões que concernem ao debate metodológico, e mais importante que isso, como aponta Bianchi (1992, p. 138, grifo nosso) “o tom geral do ensaio [...] é dado pela

²¹ “Methods are attacked for not doing what those who advocate their use have never imagined they could do; and the qualifications and limitations, with which each side expounds its own method, are overlooked by the other side.”

exportação contida no final de seu primeiro capítulo, no sentido de que nenhum método seja defendido em **detrimento** de todos os demais”.

A ideia de não defender nenhum método em detrimento dos demais não implica em aceitar qualquer proposta, mas sim, em não proceder de forma dogmática na aceitação de um método, que por consequência implique na negação de todos os demais. Isso seria incorrer justamente na falácia da exclusividade.

É assim que, de acordo com os pontos já discutidos presentes em sua obra, sua conclusão não poderia ser diferente da seguinte:

O método da economia política não pode ser adequadamente descrito por qualquer frase simples, e por consequência, não será um único método preconizado para toda a exclusão de outros métodos. Será, ao contrário, apontado que, de acordo com o ramo específico ou aspecto da ciência sob investigação, o método apropriado pode ser abstrato ou realista, dedutivo ou indutivo, matemático ou estatístico, hipotético ou histórico.²² (KEYNES, 1999, p. 20, tradução nossa)

Mesmo que Keynes não use em momento algum de sua obra o termo “pluralismo”, a afirmação acima não poderia definir melhor a aplicação prática da abordagem, pois carrega em si duas potentes ideias que são pilares da referida perspectiva: a crítica ao monismo e a orientação ao problema.

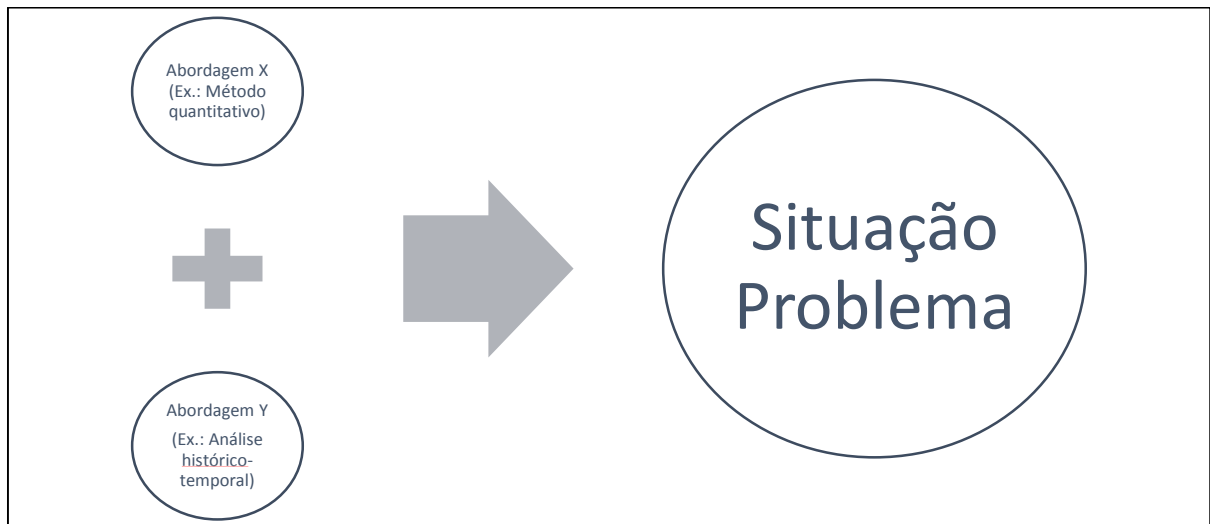
Porém, denominamos a solução de Keynes como proto-pluralismo exatamente por tratar-se de uma primeira tentativa. Embora não seja uma instância desenvolvida do pluralismo, deixando lacunas enquanto sua performance frente às críticas oriundas da aplicação prática e dos próprios critérios para a avaliação dos diferentes métodos escolhidos para a condução da investigação sobre a situação-problema, já estão presentes em sua proposta questões de cunho meta-metodológicos, ou mais especificamente, da sustentação das premissas do que viria a ser o “moderno” pluralismo (conforme os dois pilares pontuados no parágrafo anterior).

²² “The method of political economy cannot adequately be described by any single phrase; and accordingly no one method will be advocated to the entire exclusion of other methods. It will, on the contrary, be strewn that, according to the special department or aspect of the science under investigation, the appropriate method may be either abstract or realistic, deductive or inductive, mathematical or statistical, hypothetical or historical”

E, ademais, compartilhamos da visão de Bianchi (1992, p. 138) sobre Keynes, para quem a habilidade do cientista manifesta-se não na escolha uma do método correto, mas sim, na sua capacidade de compreensão das limitações e méritos e consequentes escolhas baseadas nestas. Mais uma vez evocamos a imagem dos métodos funcionando como ferramentas, que devem ser escolhidas para seu melhor aproveitamento.

A figura 1 tenta sintetizar a opção metodológica tomada dentro da perspectiva de John N. Keynes:

Figura 1 – O “proto-pluralismo” de John N. Keynes



Fonte: Elaboração do autor a partir de KEYNES (1999)

Onde dois pontos são especialmente importantes: o conectivo mais entre as abordagens X e Y, e o comprometimento dessas abordagens com o problema estabelecido. Nas propostas monistas, o conectivo que impera é “Ou Ou”, isto é, a escolha de uma abordagem implica na rejeição de outras, e também não há o foco na situação problema, isso porque é o método escolhido que define o objeto de estudo.

4.2 O PLURALISMO CRÍTICO DE BRUCE CALDWELL

Bruce Caldwell é titular da Universidade de Duke, trabalhando na área de metodologia, teoria econômica e escolas de pensamento, e com uma grande produção sobre os trabalhos de Friedrich Von Hayek. A partir de 1982, com a publicação de seu trabalho *Beyond Positivism*, Caldwell passou a ser reconhecido como o precursor do pluralismo na economia (SALANTI, 1997, p. 1), intitulando à época de pluralismo metodológico, que em seus trabalhos futuros seria renomeado de pluralismo crítico, por motivos que ficarão evidentes nas próximas subseções do texto.

Antes de adentrarmos na proposta pluralista esboçada por Caldwell, é preciso situá-lo em sua produção acadêmica. Como o próprio título de seu livro deixa claro (como é o caso de *Contra o Método*, de Feyerabend, por exemplo), Caldwell tem como início de seu trabalho investigativo na área da metodologia um profundo desconforto com o modo que os economistas vinham importando da filosofia da ciência validações para suas práticas. Notadamente, essa importação era representada pela aplicação do falsificacionismo.

Sugere Caldwell que há um duplo problema nessa empreitada: primeiro, embora muitos economistas defendam e enxerguem exemplos de falsificacionismo na economia, esse modelo de crítica e validação é mais laureado que seguido. E segundo, o próprio estado do falsificacionismo na filosofia da ciência enfrenta inúmeros problemas. Resumidamente, o problema de Caldwell pode ser expresso num entendimento que a metodologia vinha sendo tratada com dogmatismo, onde mais importante do que avaliar os diferentes métodos e teorias propostos através de critérios críticos era desqualificar tudo aquilo que não correspondia ao que pregava a visão positivista.

Ademais, isso era ainda mais ultrapassado porque na própria filosofia esses pontos vinham sendo paulatinamente postos em questão. O caráter prescritivista com que as abordagens eram tratadas vinha sendo superado por uma visão mais descritiva e contextualizada das posições. Como já mencionado, Caldwell imputa grande mérito dessa virada aos desenvolvimentos propostos pelos filósofos da ciência que ele denomina de tradição do crescimento do conhecimento.

Essa contextualização de suas intenções com *Beyond Positivism* está bem colocada na resposta ao prof. Hirsch que foi publicada como *Some Reflections on*

Beyond Positivism (1985). Além disso, o recorrente debate entre as ideias de Caldwell e Mark Blaug (defensor do falsificacionismo na economia) também esclarece os posicionamentos defendidos.

Posto o assunto em contexto, trataremos nas próximas subseções de como Caldwell enxerga o papel que cabe ao metodólogo, para então, a partir dessa “nova definição da função” propor seu pluralismo metodológico, que seria posteriormente retificado enquanto pluralismo crítico, dada a ênfase que a crítica assume dentro da proposição.

4.2.1 Pra que serve a metodologia?

O professor Ramon Garcia Fernandez abre seu artigo *A metodologia como argumento para uma economia pluralista* (2011) fazendo a mesma pergunta e elencando bem-humoradamente algumas das possíveis respostas:

para absolutamente nada; b) como divertimento para economistas perto da aposentadoria; c) para arrumar algo que ocupe quem não conhece econometria nem sabe modelar; d) para orientar o trabalho dos economistas, definindo o que é a ciência boa e separando-a da ruim; e) como instrumento de reflexão sobre a prática dos economistas. (FERNANDEZ, 2011)

Mesmo que ao fim do artigo Fernandez defenda uma alternativa “f”, afirmando que razão de ser da metodologia atual seria o endosso do pluralismo, acreditamos que Caldwell daria-se por satisfeito com a opção “e”, mesmo que algumas ressalvas devam ser feitas.

A primeira é que, como exposto na seção anterior, Caldwell reconhece que as tentativas de estabelecimento de um critério de demarcação na filosofia da ciência não lograram êxito. A partir disso, numa atitude de resignação, ele estabelece então que “muito se tem a ganhar tirando o foco de atenção da questão filosófica da demarcação e lançando-a para os aspectos práticos das formas de crítica” (CALDWELL, 1988, p. 236). Portanto, não é intenção de Caldwell resolver o problema da demarcação.

O segundo ponto a levantar é que Caldwell está escrevendo para metodólogos. Isso implica que ele está conjecturando condições para a avaliação dos métodos e teorias já produzidos, ou seja, trabalhando na instância descritiva. Interessa então o que a economia é, o que ela mostra na prática, e não o que deveria ser. Evidente que a separação entre o que o normativo e descritivo é sinuosa, e inclusive tem sido um tema abundante no debate do método²³, mas o que deve ser posto em vista é que Caldwell tem em mente uma posição para avaliação de teorias e métodos, e não exatamente para a elaboração delas. Essa posição implica numa asserção do tipo “façam economia criticamente, que criticamente iremos avalia-la”. Entretanto, quando apresentarmos o pluralismo crítico proposto por Caldwell, ficará claro que não há maiores problemas em aplicarmos os critérios apresentados para a avaliação de teorias também para a elaboração delas, garantindo consistência e possibilitando a abertura às críticas.

Porém, essa retirada da discussão sobre um critério de demarcação originou críticas sobre qual seria então o papel que restaria ao metodólogo. E em sua resposta, Caldwell explicita que sua oposição é feita à ideia de monismo, representada por um único critério que traçaria uma linha separando o que é e o que não é permitido. Para ele, a tarefa do metodólogo nesse novo ambiente passaria por questões tão significantes quanto à demarcação, como a promoção da discussão entre os membros da comunidade científica, a sistematização de jargões utilizados, o escrutínio dos métodos que constituem os diferentes programas de pesquisa, e outros mais que por venturam possam ser de interessa para assim demonstrar que a ciência de fato não é baseada em algum tipo de dogmatismo travestido de racionalidade, mas sim amparada em crítica sistemática. É assim que ele aponta um caminho para a possibilidade de uma ciência melhor, e certamente mais honesta. (CALDWELL, 1994, p. 244-252)

Ainda evidenciamos que a referida oposição ao monismo assenta-se na concepção epistemológica que “nenhum método aplicável universalmente e logicamente convincente de avaliação de teorias existe. (Ou se existe, nunca

²³ Por exemplo, John N. Keynes já em seu *Scope and Method of Economy Political* trata especificamente dessa posição, onde ele chama de “arte da economia” a aplicação prática da matéria. Fernandez (2011) também expõe algumas opiniões para as diferentes posições no artigo já citado. Esse problema é clássico na filosofia, sendo frequentemente chamado de guilhotina de Hume, abordando as dificuldades da relação entre afirmações positivas e normativas. Novamente, o leitor pode aprofundar o tema em DUTRA (1998).

teremos certeza de tê-lo alcançado, mesmo que o tenhamos)”²⁴ (CALDWELL, 1994, p. 245).

Portanto, podemos situar que dentro da redefinição da atuação do metodólogo, Caldwell acaba por preparar o solo de onde brotará sua proposta para atuação no campo. Esses pontos esboçados são as bases para o pluralismo crítico, conforme o próprio assim assume:

Pluralismo metodológico não é para ser tomado como uma tentativa de filosofia da ciência sistemática. Não há discussão sobre o estado do pressuposto inicial, ou da sua relação com as outras prescrições. Pluralismo metodológico é uma tentativa de um metodólogo da economia para chegar a algumas normas processuais de senso comum para o seu campo (CALDWELL, 1994, p. 252, tradução nossa)

Lembramos que por essa citação ser oriunda de *Beyond Positivism*, Caldwell ainda intitulava sua visão de pluralismo metodológico, porém, sua revisão para pluralismo crítico não tem caráter de retificação de suas ideias, mas sim de evidenciar o importante aspecto que a crítica tem enquanto critério de avaliação dentro da proposta.

4.2.3 Pluralismo crítico

O pluralismo crítico de Caldwell pode ser definido como uma postura metodológica que busca, através de formas não-dogmáticas de crítica, revelar os pontos fortes e fracos do programa de pesquisa em foco com o objetivo de aumentar o conhecimento disponível sobre este. (CALDWELL, 1988, 1994 [1982], 1997).

Caldwell (1988, p. 240) o define como uma meta-metodologia, pois não oferece recomendações específicas ao economista, e por isso mesmo, aquilo que os economistas fazem é considerado como dado.

Entretanto, acreditamos que embora não sejam recomendações de caráter restritivo, isto é, que devam necessariamente ser levados a cabo para que o

²⁴ “no universally applicable, logically compelling method of theory appraisal exists. (Or, more correctly, even if it exists, we can never be sure that we have found it, even if we have.)”

empreendimento de investigação seja alçado a algum status – ser ou não uma abordagem pluralista – percebemos aspectos de orientação metodológica em sua proposta, além de uma clara questão ética, que evoca o pluralismo enquanto uma posição desejável aos cientistas, no âmbito de abertura aos desenvolvimentos alternativos de teorias.

Ao definir quais seriam as tarefas do metodólogo que trabalha com a perspectiva pluralista, Caldwell (1992, p. 245-249) as divide em quatro, sendo elas:

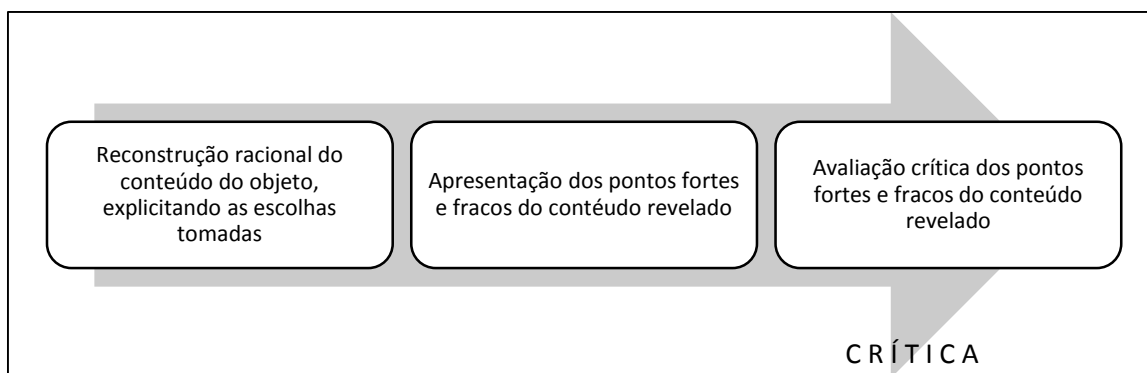
1. Reconstrução racional do conteúdo metodológico do objeto (teoria, programa de pesquisa) em questão, visando explicitá-lo de forma clara;
2. Avaliação crítica dos conteúdos revelados no item 1, apontando seus pontos fortes e fracos;
3. Discussão crítica sobre os pontos fortes e fracos indicados no item 2;
4. Avaliação de programas de pesquisa com raízes epistêmicas e metodologicamente diferentes das apresentadas na teoria ortodoxa.

Entendemos que os itens 1, 2 e 3 representam de fato a proposta metodológica de Caldwell, isso é, o caminho que a percorrer para aqueles que sustentam o pluralismo crítico. O item 4 apresenta um ponto forte para a aplicação dos itens 1, 2 e 3. Pensamos também que há certo preciosismo na separação dos itens 2 e 3, e portanto, preferimos uma própria passagem de Caldwell, onde sua metodologia pode ser melhor definida:

Pluralismo metodológico [crítico] parte do pressuposto que nenhuma única metodologia correta pode ser descoberta. A reconstrução racional, seja de programas de pesquisa em teoria econômica ou dos escritos de metodólogos da economia, é o primeiro passo da análise. Uma vez que tais reconstruções podem ser empreendidas a partir de uma variedade de pontos de vista, o metodólogo deve deixar explícito qual é seu arcabouço teórico para a análise. A crítica dos elementos que foram reconstruídos é feita então conforme esse arcabouço. (CALDWELL, 1992, p. 250, tradução nossa).

Podemos então, esboçar uma esquematização do pluralismo crítico de Caldwell conforme a figura 2.

Figura 2 – O pluralismo crítico de Bruce Caldwell



Fonte: Elaboração do autor a partir de CALDWELL (1988, 1994)

Exposta sua definição e metodologia, fica evidente que o intento de Caldwell era criar uma abordagem que possibilitasse a prática de uma ciência menos dogmática. E a saída encontrada para a superação do dogmatismo era a crítica racional e sistemática. Portanto, o aspecto mais importante dentro da proposta metodológica de Caldwell é a crítica, e na próxima subseção, ela será discutida.

4.2.3 A função da crítica para Caldwell

Para Caldwell (1988, p. 240) são vários as possibilidades de crítica, e o pluralista deve usar todas aquelas que sejam válidas para demonstrar os pontos fortes e fracos de um programa de pesquisa, mas nunca enquanto critérios de demarcação ou de padronização. A crítica para esses fins seria a própria negação do pluralismo.

Em oposição a isso, Caldwell defende a crítica enquanto uma forma de aumento da compreensão sobre o debate econômico e, com isso, a possibilidade de um aumento do próprio conhecimento da área. Entretanto, esse salto entre compreensão e assimilação, por assim o dizer, é derivado do nível de abertura, ou seja, o quanto a crítica é um valor entre a comunidade dos economistas.

Para então, uma apreciação do conteúdo crítico, Caldwell define uma distinção entre crítica externa e crítica interna.

A crítica externa pode ser caracterizada como aquela feita aos pressupostos epistemológicos da abordagem em questão, e é demonstrada numa afirmação do

tipo: “A tipificação do homem-econômico não é real” quando feita para um economista neoclássico ortodoxo, por exemplo. Caldwell adverte que a crítica aos pressupostos epistemológicos de uma teoria é difícil até mesmo para os filósofos, e portanto, ainda mais complicada para um economista.

Já a crítica interna é aquela feita dentro dos pressupostos epistemológicos da teoria em questão, isto é, os axiomas da referida teoria não são questionados, e portanto, empreende-se uma racionalização de dentro do paradigma, trabalhando com os conceitos, tipificações e categorias da referida abordagem.

Pensando na possibilidade do debate, Caldwell (1992, p. 249) postula que “a crítica interna enquanto estratégia é mais ponderosa pois toma os objetivos teóricos e restrições do adversário enquanto dadas”²⁵. Assim, grosso modo, a crítica interna viabiliza o debate, posto que estabelece comunicação entre posições axiomáticamente divergentes. É ela que possibilita o debate (e não só diálogo) entre economistas austríacos e marxistas, por exemplo.

Caldwell também defende que os proponentes de teorias devam elaborá-las aberta às críticas, deixando claro seus pressupostos e pensando em “pontes” entre teorias diferentes, tornando mais natural e menos problemática as comparações e questionamentos. Talvez aqui, os mesmos que chamavam Karl R. Popper de masoquista, pelas implicações de seu falsificacionismo, possam estender a peche a Caldwell. Entretanto, há de se lembrar que o cientista trabalha para o desenvolvimento da ciência, e não para o afago de seu ego.

4.3 O PLURALISMO ESTRUTURADO DE SHEILA DOW

Sheila Dow é professora emérita da Universidade de Stirling (Reino Unido) com passagens pelo Banco da Inglaterra e Governo da Manitoba. Atuou também como assessora para política monetária do Tesouro do Reino Unido. Suas publicações concentram-se nas áreas de metodologia, escolas de pensamento e

²⁵ “Internal criticism as a strategic weapon is more powerful when successful than external criticism, since it takes the theoretical aims and situational constraints of an adversary as given”.

sistema financeiro (principalmente dinheiro e finanças regionais). Para Caldwell (1997, p.10) seu pensamento é compreendido como pós-keynesiano.

Desde o final da década de 1980, Dow vem publicando sobre metodologia, abordando principalmente como as diferentes escolas de pensamento “pensam”, e quais são as condições para o debate dadas as diferentes perspectivas. Defendemos neste trabalho que a comunicação, e portanto, a possibilidade do debate é uma preocupação latente na obra de Dow.

Em entrevista conduzida por Bruce Caldwell, Dow (2013) fala sobre a motivação dessa visão. Para ela, antes de avaliarmos as posições que os economistas defendem, é preciso dar um passo atrás e analisar porque esses economistas assim pensam, e conseqüentemente, o que pensam ser um argumento razoável. Nessa perspectiva, emerge a importância das escolas de pensamento, enquanto consolidadoras de visões e campos de atuação específicos dentro da economia.

Porém, para situar a posição que as escolas de pensamento assumem dentro do discurso econômico, Dow investiga a natureza desses fenômenos, e para isso trabalha com a dicotomia de sistemas abertos e fechados²⁶. Essa relação será explorada na próxima seção. Após esse panorama, retornaremos à ideia de escolas de pensamento e apontaremos como Dow enxerga a coexistência dessas com o pluralismo. Na última seção, será tratado o que vem a ser a proposta de Dow, intitulada pluralismo estruturado.

Identificamos aqui que os argumentos de Dow não parecem atingir o nível da prescrição metodológica como fora apontado na discussão de Caldwell. Ao propor seu pluralismo estruturado, nos parece que Dow pretendia esboçar algum limite ao pluralismo, principalmente na concepção de um pluralismo total (ou ontológico), que pode ser representado sobre uma asserção do tipo: “Não existe verdade, então, todo corte epistêmico ou metodológico é possível”. Para Dow (1997, p. 91), esse tipo de pluralismo “nega qualquer escopo ou teoria”²⁷.

A saída encontrada por Dow origina-se na distinção entre sistemas abertos e fechados, e será tratada na próxima seção.

²⁶ Dow adere ao trabalho de Tony Lawson ao fazer essa distinção (CALDWELL, 1997, p. 101)

²⁷ “Together these pluralisms deny any scope and theory”.

4.3.1 Sistemas abertos e sistemas fechados

Dow traça uma clara definição de sistemas abertos e fechados. Para ela, sistemas abertos são aqueles onde os limites não estão pré-estabelecidos, e portanto, suas variáveis e a relação entre elas também não o são. Já os sistemas fechados, em oposição, apresentam limites determinados assim como o leque de suas variáveis e inter-relações (DOW, 1997, p. 90).

A partir da dessa definição, Dow defende que este modelo se aplica em diversos níveis, isto é, níveis ontológicos, epistêmicos e metodológicos. E ainda mais importante, que existem posições que se sobrepõe. Exemplificando: uma ontologia baseada numa concepção de verdade ligada a um sistema fechado (“há apenas uma verdade” pode ser compatível com uma epistemologia de sistema aberto (“o conhecimento humano é incapaz de absorver toda a realidade”). Essa argumentação de Dow leva a defesa da existência de diferentes níveis de aplicabilidade de sistemas abertos e fechados, e a definição desses níveis tem caráter essencial para o desenvolvimento de um sistema metodológico.

Portanto, existe uma importante distinção entre os pluralismos de Dow e Caldwell: Dow assume compromissos mais alinhados com os filósofos da ciência, isto é, a necessidade de um caminho claro de consistência entre os níveis ontológicos-epistemológicos-metodológicos. Embora Caldwell não negue a necessidade dessa consistência (até porque o fazer seria uma abertura ao relativismo), seu pluralismo crítico está mais assentado no nível metodológico, estando ligado à prática dos economistas.

Voltando à questão dos sistemas abertos e fechados, Dow dá um importante passo ao definir características dos seus componentes, sobre a perspectiva do conhecimento humano. Apresentamo-las no quadro abaixo:

QUADRO 1 – CARACTERÍSTICAS DE SISTEMAS FECHADOS E ABERTOS

| Sistemas Fechados | Sistemas Abertos |
|--|---------------------------------------|
| 1. Todas as variáveis relevantes podem ser | 1. Pode não ser possível, num sistema |

| identificadas | complexo, que todas as variáveis sejam identificadas |
|---|--|
| 2. Os limites do sistema podem ser identificados, assim é claro quais variáveis são exógenas e quais são endógenas; essas categorias são fixas; | 2. Os limites do sistema são semipermeáveis e/ou suas instâncias não são perfeitamente claras e/ou podem sofrer mudanças; isto implica que a classificação entre variáveis endógenas e exógenas pode não ser fixa; |
| 3. Apenas as variáveis exógenas afetam o sistema, e elas o fazem de forma conhecida (ou predeterminada) | 3. Podem existir importantes variáveis omitidas e/ou seus efeitos no sistema podem ser incertos; |
| 4. As relações entre as variáveis são conhecidas ou aleatórias; | 4. O conhecimento da relação entre as variáveis é imperfeito; as relações podem mudar, por exemplo, devido a criatividade humana; |
| 5. Os componentes são separáveis (independentes, atomísticos) e sua natureza é constante; | 5. Pode haver inter-relação entre os agentes e/ou eles podem mudar (por exemplo, agentes podem aprender) |
| 6. A estrutura da relação entre os componentes é conhecida (ou predeterminada). | 6. Conexões entre as estruturas podem não ser totalmente conhecidas e/ou podem mudar; estrutura e agentes são tipicamente interdependentes. |

Fonte: Adaptado de DOW (2004, p.283)

A partir dessas características, Dow conclui que a realidade estudada em economia diz respeito à ontologia dos sistemas abertos, e portanto, abre-se espaço para o pluralismo. Esse pluralismo, evidentemente, é construído em oposição à perspectiva monista.

Também, reforçamos que essa questão é cognata ao problema das definições do objeto nas ciências sociais como um todo, onde há uma interdependência entre objeto/agente/pesquisador, e portanto, tangenciando o aspecto das motivações humanas e a relação desta com o objeto em foco.

Portanto, a partir da categorização da economia dentro de um sistema aberto, observa-se que são as escolas de pensamento heterodoxas que aderem a ontologia de sistemas abertos (posto que a realidade social é aberta) enquanto as escolas ortodoxas (a quem Dow se refere como *mainstream*) são adeptas de uma ontologia de sistemas fechados. Restringindo ainda mais a afirmação feita acima, o pluralismo que hoje observa-se na economia tem diferentes níveis.

Aproveitamos para marcar aqui a semelhança entre a ideia de sistemas abertos de Dow e a complexidade encontrada em Morin e Hayek, principalmente no tocante à emergência de novos fenômenos e nas próprias limitações que são

impostas pela incerteza (tanto no mundo fenomenológico quanto na própria capacidade de apreensão do ser humano).

As escolas ortodoxas, por exemplo, apresentam o pluralismo apenas no âmbito das teorias (sobretudo baseado na adaptação de axiomas que apresentam problemas, como as adaptações feitas oriundas da aceitação de informação não-perfeita entre agentes). Entretanto, no campo metodológico, o imperativo ainda é a formalização (DOW, 2008).

Já as escolas heterodoxas parecem estar mais abertas à pluralidade, inclusive no nível ontológico. Ou seja, existem diferentes naturezas da realidade, e cada escola de pensamento dá conta de uma respectiva natureza. Exemplifica Dow citando a ontologia individual encontrada nos novos austríacos, e a ontologia baseada em classes, dos marxistas (DOW, 2008).

Dada essa diferenciação ainda possível, Dow parte em defesa das escolas de pensamento, que serão expostas na próxima seção.

4.3.2 As escolas de pensamento em compatibilidade com o pluralismo

Trabalhando dentro da perspectiva de sistemas abertos, Dow (2005, p. 18) afirma que “qualquer concepção de abertura requer alguma forma de barreira”. E essa afirmação é feita tendo em mente o processo de elaboração do conhecimento humano e justifica, por assim dizer, a importância das escolas de pensamento. Isso porque, ao fazermos contato com as diferentes realidades (ontologias), construímos conhecimento sobre isso. Por sua vez, o processo de construção de conhecimento implica em demarcações, em recortes.

Esses recortes são os produtos das escolas de pensamento (também chamadas de modos de pensamentos), entendidas como ferramentas descritivas que condensam em si, diferentes ontologias (como acima exemplificado com os novos-austríacos e marxistas). Dessas diferentes ontologias, derivam-se os métodos para a investigação da determinada realidade (DOW, 2005, p. 6).

Porém, como escolas de pensamento - que de certa forma definem os padrões e requisitos definidos por ontologias diversas - podem coexistir com o pluralismo? Para Dow, a resposta é que as escolas de pensamento, sendo descrições de um sistema aberto, apresentam caráter mutável, e conforme suas próprias palavras, “não são talhadas em pedra.” Assim, embora haja necessidade de no nível teórico tratar algumas questões como um sistema fechado (como é o caso da teoria de equilíbrio geral), há de se ter em mente que isso é uma simplificação que possibilita a teoria, e portanto, não tem caráter perene.

Além disso, Dow traça uma importante relação com a questão da incomensurabilidade paradigmática de Thomas Kuhn. Defende ela que uma leitura mais atenta de Kuhn não aponta uma ausência de diálogo entre os diferentes paradigmas, mas sim, uma maior dificuldade. E dificuldade, evidentemente, não implica em impossibilidade.

Kuhn (apud DOW, 2004, p. 279, tradução nossa) afirma que “o que os participantes numa quebra de comunicação devem fazer é reconhecerem-se como membros de comunidades com linguagens diferentes e, a partir disso, tornarem-se tradutores”²⁸. Estendendo a figuração, as escolas de pensamento, para Dow, representariam dicionários, que facilitariam o exercício de tradução.

Nessa preocupação de tradução, e portanto, de estabelecimento de comunicação entre os diferentes paradigmas, entendemos que existe coadunação com a preferência de Caldwell pela crítica interna.

Portanto, para Dow, além de compatíveis com a proposta pluralista, as categorizações das escolas de pensamento são ferramentas muito bem quistas a ela, já que permitem as referidas construções de pontes entre as diversas linguagens das diferentes abordagens.

Conclui Dow que:

Muito dos benefícios do pluralismo metodológico, como a formação de novas conexões entre paradigmas, só podem ser feitas se existir suficiente consciência e compreensão das diferenças de linguagens, possibilitando a comunicação. Algumas linguagens estão mais próximas de outras, tornando o entendimento mutuo mais fácil. Porém, sem alguma categorização

²⁸ “What the participants in a communication breakdown can do is recognise each other as members of different language communities and then become translators’

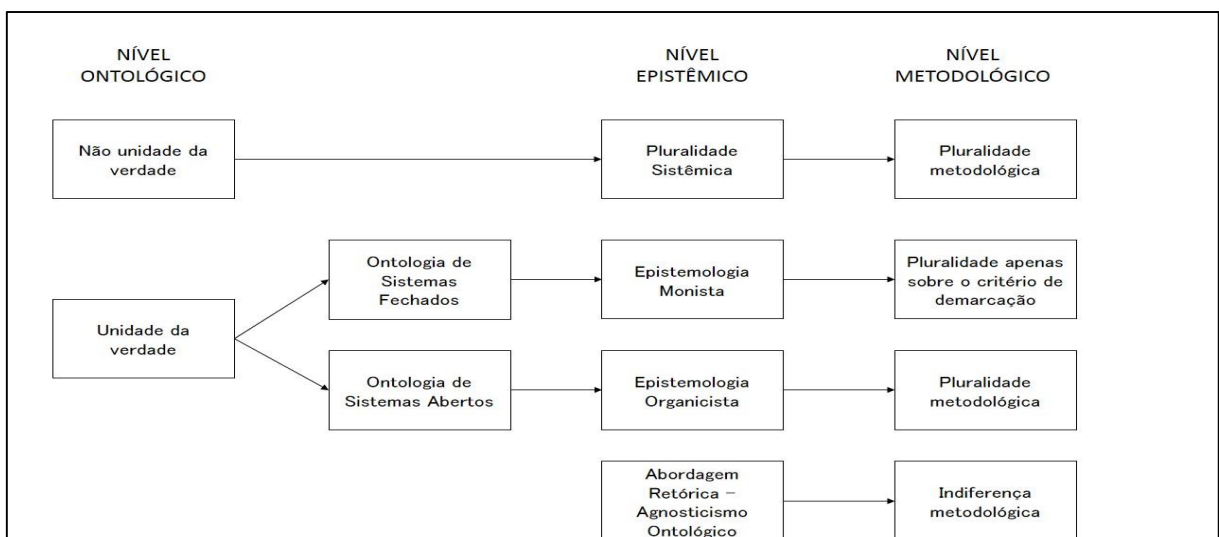
da linguagem dentro de uma escola de pensamento, não haveria um ponto de referência para basear os esforços de comunicação. (DOW, 2004, p. 288)²⁹.

4.3.3 Pluralismo estruturado

Conforme Cavalieri (2009, p. 171) indica, “a virtude da opção de Sheila Dow é o destaque dada aos níveis filosóficos nos quais o pluralismo pode ser considerado. Por essa razão ele é chamado de pluralismo estruturado”. Portanto, Dow, ao contrário de Caldwell, tem uma preocupação explícita com os níveis ontológico e epistemológico, sendo oriunda dessa a classificação de seu pluralismo como estruturado.

Então, como já indicado na discussão sobre a natureza de sistemas abertos e fechados, Dow enxerga a necessidade de estabelecimento de um caminho crítico para o advogo do pluralismo. Esse caminho pode ser definido pela figura 3.

Figura 3 – O pluralismo estruturado de Sheila Dow



Fonte: CAVALIERI (2009, p. 173)

²⁹ “Many of the benefits of methodological pluralism, such as the making of new connections across paradigms, can only be derived if there is sufficient awareness of, and understanding of, language difference that some communication is possible. Some languages are closer than others, making mutual understanding easier. But, without some categorization of language itself, within a framework of schools of thought, there would be no point of reference on which to base efforts to communicate.”

Entende-se que existem duas possibilidades excludentes no nível ontológico: ou não existe uma única realidade, sendo essa plural e, por consequência exigindo uma pluralidade epistêmica e metodológica, ou a verdade existe e é real, porém, essa conclusão por si só não é suficiente, permitindo diferentes possibilidades no nível epistêmico e metodológico. Passemos às diferentes possibilidades dentro de uma concepção ontológica de unidade da verdade.

Ao assumir-se a existência de uma única verdade, a distinção entre sistemas fechados e abertos é primordial para a análise de Dow. Assumindo-se no nível ontológico uma realidade de sistema fechado, conforme exposto na seção 3.3.1, todos os fatores que envolvem essa realidade, tanto variáveis, quanto agentes e dependências são conhecidas e passíveis de separação, e por serem determinísticas, acessíveis por um método único e exclusivo. Essa adoção de uma ontologia de sistemas fechados deriva numa epistemologia monista e, consequentemente, numa metodologia também monista. A pluralidade aqui pode existir, mas apenas no tocante à definição dos critérios para escolha de teoria, e evidentemente é circunscrita a um problema temporal, visto que acredita-se na possibilidade de acesso deste critério uno, mas apenas ainda não chegou-se a ele (CAVALIERI, 2009, p. 172).

Mas adotando uma perspectiva de sistema aberto na esfera ontológica, deriva-se então uma epistemologia organicista, isto é, como o conhecimento advém do intelecto humano, esse interpreta a realidade não-determinística de diferentes perspectivas e apresenta, portanto, caráter imperfeito. A esfera metodológica requer então pluralidade, justamente pela impossibilidade posta no nível epistêmico (DOW, 1997, p. 93).

Existe ainda dentro da perspectiva de sistemas abertos a abordagem retórica/hermenêutica, que “nega a possibilidade da ciência mimetizar a realidade” (CAVALIERI, 1999, p. 172). Como já comentado anteriormente, e tendo como grande expoente na área os trabalhos de Deidre McCloskey, essa abordagem enxerga a economia enquanto um discurso, e nega qualquer possibilidade de definição de critérios e mesmo de um acesso à verdade.

Então, reafirmamos que, ao contrário de Caldwell, a proposta pluralista de Dow não atinge as prescrições metodológicas, uma vez que sua preocupação é definir as possibilidades de sua adoção a partir de escolhas ontológicas e epistêmicas. Justamente por isso, não enxergamos contradição entre as duas alternativas, sendo elas complementares.

Pode-se então defender o pluralismo crítico baseado nas definições do pluralismo estruturado, mas para isso, algumas reminiscências devem ser feitas oriundas de críticas às propostas pluralistas (especificamente ao pluralismo crítico de Bruce Caldwell). No próximo capítulo elencaremos alguns desses pontos levantados.

5 ALGUMAS CRÍTICAS AO PLURALISMO

Feita as discussões sobre a natureza da proposta metodológica pluralista na ciência e na economia, trabalhando especificamente as ideias de John N. Keynes, Bruce Caldwell e Sheila Dow, cabe-nos agora discutir as deficiências dessa abordagem e suas possíveis respostas. Reiteramos aqui o foco na proposta metodológica, e portanto, abordaremos críticas feitas diretamente às concepções ontológicas, como as questões sobre a definição da verdade, mas não pretendemos dar respostas a elas. Assim, para não dizer que não falamos das flores, adotamos que

Verdade é principalmente um nome dado àquilo que aceitamos e definimos como conhecimento confiável, e não tem qualquer relação necessária com o assunto sobre o qual as declarações consideradas verdadeiras são feitas. Verdade necessariamente, e de fato é absolutamente necessário, é um reconhecimento tanto da particularidade das credenciais escolhidas que definem o que é verdadeiro e as limitações que, inexoravelmente, definem o significado de cada conjunto de credenciais³⁰. (SAMUELS, 1997, p. 69, tradução nossa)

Como já mencionado, acreditamos que, embora não nos debruçemos sobre a questão filosófica das posições, o pluralismo estruturado a resolve, ao ponto que torna a proposta metodológica pluralista manejável.

Portanto, críticas dessa natureza não serão aqui levantadas, pela razão acima exposta. Isso não blinda a proposta de deficiências nesses aspectos, apenas assume que, como exposto na discussão de Caldwell, não são o objeto da discussão que se pretende.

Evidente que as oposições aqui elencadas não exaurem a matéria. Trabalharemos principalmente com aquelas que os próprios autores ligados à corrente responderam, principalmente Bruce Caldwell, que talvez por uma própria

³⁰ Truth is principally a name given to what we accept and privilege as confident knowledge, and it bears no necessary relation to the subject about which statements deemed to be true are made. Truth necessary, indeed absolutely necessary, is a recognition of both the particularity of the credentials of that which is taken to be true and the limitations that inexorably define the meaningfulness of each set of credentials.

implicação de seu método (conforme explícita a figura 3) discuta não só as vantagens da proposta, mas também com suas objeções.

E já prestando um esclarecimento, não criamos um capítulo específico para tratar as virtudes da proposta pluralista pois acreditamos que elas encontram-se claras na própria discussão sobre o pluralismo na ciência e as diferentes propostas em John N. Keynes, Bruce Caldwell e Sheila Dow.

Então, discutiremos nas próximas seções 4 pontos específicos que costumam ser levantados contra a abordagem pluralista. Os três primeiros dizem respeito à proposta pluralista em si, isto é, não estendem-se às definições específicas já trabalhadas. São eles a questão do relativismo, também referida com a tendência das propostas pluralista ao anarquismo metodológico, o problema hipotético de uma adesão total ao pluralismo, não deixando outra posição possível, e a possibilidade do pluralismo revelar teorias verdadeiras. Importante notar que essas três primeiras questões são feitas e respondidas por Caldwell em *The case for pluralism* (1988).

Já a quarta e última questão diz respeito à uma afirmação específica de Caldwell, colocando o pluralismo enquanto uma “posição interina”³¹ (CALDWELL, 1988). Analisaremos o ponto utilizando-nos novamente do pluralismo estruturado de Dow.

5.1 O pluralismo leva à anarquia

É usual indicar que, devido à falta de solução da questão demarcacionista, a proposta pluralista acabaria então por levar ao anarquismo, visto que não estabelece padrões e, a ausência de padrões abre espaço para nenhum padrão (CALDWELL, 1988, p. 236).

Olhemos então para a ciência. Em reportagem publicada na edição n. 60 da revista Piauí, expõe-se uma suspeita de fraude científica encontrada em trabalho de pesquisadores brasileiros. Infelizmente, como aponta a reportagem, os casos de fraude no meio científico vêm aumentando. Isso é um fato. A questão que levantamos não trata a fraude em si, já que acreditamos ser difícil encontrar algum

³¹ Essa questão é destaca por Biachi (1992, p. 141-142) ao final de seu artigo.

membro da comunidade científica que a defenda. Nosso interesse na reportagem é outro. Os trabalhos acusados de fraude foram realizados por mais de um autor (em coautoria). Embora as acusações sejam feitas contra o autor principal dos artigos, o que nos chama ainda mais a atenção são as declarações dos coautores, que em nenhum caso perceberam os erros que levantam suspeitas sobre a existência de fraude. Determinado pesquisador afirma "Esses artigos eu nem li", como quem se justifica. Esse tipo de afirmação demonstra muito do que tornou-se a ciência atualmente, que ao afirmar-se interdisciplinar apenas tornou-se fragmentada.

O que pretendemos com essa exposição de um caso singular é chamar atenção para o fato que, ao levantarmos conjecturas sobre um possível anarquismo que pode ser resultado do pluralismo, devemos ter em mente se a ciência tal qual é hoje segue rigidamente as regras que discursa.

Caldwell provavelmente enxergaria nesse evento mais uma confirmação do dogmatismo que ele encontra na ciência, onde seu próprio status valida sua prática. Assim, "o medo do anarquismo é baseado numa má-compreensão da ciência, que é basicamente uma atividade tradicional e conservadora"³² (CALDWELL, 1988, p. 236-237).

Outro ponto levantado por Caldwell é que, estando a acusação de anarquismo muito ligada à ausência de um critério de demarcação, essa visão é perigosa pois defende o monismo, e este, por sua vez, força a obrigação de estabelecimento de um padrão, mesmo quando este não se mostra viável na prática. Essa afirmação pode ser representada pela ideia de que "um padrão é **sempre** melhor que nenhum padrão". Não pretendemos defender a ausência de critérios, pois isto seria o relativismo puro, mas chamamos atenção para o grifo na frase. A premissa de que um padrão é sempre melhor é a oposição extrema ao relativismo, isto é, o dogmatismo. Defendemos claramente que nenhum dos extremos serve.

No lugar disso, Caldwell, como já trabalhado na seção 4.2.3, reivindica o valor da crítica dentro do pluralismo, sendo esse sim um critério pertinente, embora não uma instância de demarcação. É a crítica que revelará a avaliação dos pontos fortes e fracos do objeto estudado, e o fará dentro das premissas assumidas,

³² "That fear of anarchism misunderstand science, which is basically a traditional and conservative enterprise"

possibilitando o posterior debate. Aqui, parece evidente o importante papel que Caldwell tributa à clareza da prática científica, e acreditamos que podemos pontuá-lo enquanto um valor cognitivo central para este (segundo a ideia de Lacey).

Portanto, parece que qualquer tipo de dogmatismo levará ao anarquismo, seja na imposição de um critério de demarcação único, que faria aqueles que não o atendem adaptarem suas práticas para alcançá-lo, seja no relativismo, que ao negar qualquer critério, impossibilitaria por sua vez a comparação entre as diferentes alternativas e, portanto, o próprio debate.

5.2 O que sobra para crítica se todos forem pluralistas?

Embora tenhamos defendido que o pluralismo apresenta-se enquanto uma possibilidade metodológica prática em Caldwell, ele é claro em afirmar que trata-se de uma postura “meta-metodológica” e, além do mais, uma postura destinada aos metodólogos. Isso já responderia a questão, posto que então, o pluralista não aspira que todos sejam pluralistas, até porque isso seria uma clara contradição contra a própria ideia de pluralidade.

Caldwell também é específico em apontar que “a emergência de uma metodologia única e universal é reprovada pelo pluralista, assim como também o é a emergência de uma não-metodologia única e universal” (CALDWELL, 1988, p. 241). A partir disso, afirma que esse é um ponto que Feyerabend falhou em ver, muito embora isso implique numa leitura um tanto quanto diferente da nossa sobre o autor.

Bianchi enxerga com perspicácia, ao analisar se o pluralismo aplica-se à economia em geral ou a cada economista em particular, que

O importante, porém, é treinar os economistas para conviver proveitosamente com opiniões divergentes. O importante é estimulá-los a enxergar a controvérsia como inerente à ciência, fator de (e não empecilho a) seu progresso. É só nesse sentido que pode propugnar que o pluralismo se aplique a cada economista em particular (BIANCHI, 1992, p. 141)

Portanto, parece abarcar o argumento que posiciona o pluralismo também como uma postura ética, isto é, como uma posição que o economista adota, um valor interiorizado, frente aos desafios da prática científica propriamente dita.

Esse é claramente mais um ponto controverso da proposta, posto que adentra o campo onde o pluralismo deixa de ser uma ferramenta de economistas metodólogos e passa às mãos dos economistas que elaboram e propõem teorias. É ainda mais controversa por conter em uma possível resposta uma abertura aos preceitos éticos que norteiam a prática científica, entendendo o pluralismo como uma postura eticamente mais aceitável que outras visões. Entretanto, novamente recorreremos à definição de ciência de Hugh Lacey, que defende uma prática sensível ao compromisso com a imparcialidade. Por nossa vez, expandimos essa conceituação e adicionamos também a ela uma sensibilidade à pluralidade, baseados na ideia de “proliferação de teorias”, já apresentada por Paul Feyerabend.

Então, para manter-se fiel à ideia de Mäki (1997, p. 40) de que o “conceito de pluralismo deve ser definido em termos de pluralidade³³”, logo, defender o pluralismo não implica necessariamente em prescrever o pluralismo, principalmente no nível metodológico.

Por fim, para não restar dúvida sobre nossa posição quanto esse problema, defendemos que o pluralismo metodológico é válido integralmente na investigação do metodologista da economia, e que no nível prático, dos proponentes de teoria, pode ser aplicado sem maiores problemas, mas sobretudo, tem grande significância nesse nível seu caráter ético, representando por um compromisso desse “economistas praticante” de que este trabalha sobre determinado arcabouço teórico (este, por sua vez, oriundo ou influenciado por uma escola de pensamento específica) e portanto, outras realidades e recortes são plausíveis e devem ser admitidas enquanto possíveis. Mais uma vez, para não pecarmos pela omissão, reafirmamos que essa admissão não é sumária, estando submetida à crítica, conforme já trabalho na subseção 4.2.3.

³³ “I have suggested that pluralism and plurality have to be kept separate and that the concept of pluralism has to be defined in terms of plurality; pluralism is a theory or statement about plurality”

5.3 O pluralismo não pode revelar teorias verdadeiras

Nesse ponto específico, as propostas de Dow e Caldwell oferecem respostas diferentes para a questão, que por sua vez são embasadas em recortes diferentes do alcance de suas propostas.

Como já tratado, Dow preocupa-se não só com o nível metodológico, mas também com a esfera ontológica e epistemológica da questão. Portanto, preocupa-se com a relação entre a teoria e sua correspondência com a verdade. Seu pluralismo estruturado busca dar conta disso, justamente por ser cerne de sua atenção a amarração entre as instâncias ontológicas-epistemológicas-metodológicas.

Então, embora Dow não defina critérios para a teoria ser ou não verdadeira, ela desenvolve um quadro (ver figura 3) onde o pluralismo metodológico só seria aceito dentro de um contexto de pluralidade epistêmica, e aqui definimos essa pluralidade enquanto 1) uma multiplicidade de verdades ou 2) uma impossibilidade de acesso à verdade.

Entendemos então que a visão de Dow é válida enquanto um validador do pluralismo dentro de um quadro consistente, isto é, limitaria as possibilidades de aplicação dele. Entretanto, não resolve a questão da verdade, justamente por trabalhar dentro de uma posição de sistema aberto, baseado numa epistemologia organicista, e conseqüentemente mutável e adaptativa.

Já Caldwell assume uma postura mais resignada, ao passo que entende a questão da ausência de uma teoria da verdade em sua proposta como uma de suas críticas mais sérias. Entretanto, a proposta de Caldwell é assumidamente desvinculada das esferas ontológicas e epistemológicas. Assim, ele assume uma linha de defesa que adota cinco possíveis réplicas à questão (CALDWELL, 1988, p. 241-242). São elas:

- 1) Defender o pluralismo pelo próprio pluralismo, isto é, assumir uma única teoria da verdade implicaria em compromissos metodológicos dados. Caldwell mesmo aponta que esse argumento é claramente circular;

- 2) Utilizar-se de argumentos pragmáticos: como o objetivo da proposta é tornar o discurso metodológico mais prático, não há então a necessidade de uma teoria da verdade. Além disso, a proposta deveria ser julgada pelos seus efeitos práticos;
- 3) Pode-se recorrer ao fato que mesmo Thomas Kuhn e Larry Laudan, que ajudaram a promover importantes progressos na investigação científica, ainda que também não tenham respondido à questão da verdade das teorias;
- 4) Há a possibilidade de recorrer aos filósofos anti-fundamentalistas que Deidre McCloskey cita, e a partir disso fazer uma refutação da Verdade (com “V” maiúsculo);
- 5) Não havendo como resolver a questão, o próprio Caldwell (1988, p. 243) “recomenda então o pluralismo como uma posição interina”³⁴

Então, a resposta que Caldwell fornece é o posicionamento enquanto uma posição interina, isto é, aberta àqueles que estejam dispostos a tentar conciliá-lo à uma teoria da verdade. Entretanto, se essa resposta é uma saída para o problema de uma teoria da verdade, acaba por botar em questão a própria situação do pluralismo enquanto uma posição definitiva. Na próxima seção trataremos desse assunto.

5.4 Posição interina

Vimos que, não podendo oferecer uma teoria da verdade cabal, então, Caldwell advoga um pluralismo mais flexível, consciente dessa sua incapacidade de resolução.

Porém, Bianchi (1992, p. 141-142) chama atenção para outro tipo de possível transitividade do pluralismo, relacionado à ideia de revolução científica de Kuhn³⁵, onde não existe um paradigma consolidado que possibilite a ciência normal. Segundo ela, num período de indefinição paradigmática o pluralismo seria uma recomendação prudente, visto que ele diminuiria o risco de uma “opção equívoca”.

³⁴ “I am forced to recommend pluralism as an interim position”.

³⁵ A teoria de Kuhn sobre o empreendimento científico, que ficou marcada por diferenciação dos estágios científicos enquanto processo de desenvolvimento (período não-científico, ciência normal, crise, revolução paradigmática), encontra-se em *A estrutura das revoluções científicas* (1962).

Ademais, o pluralismo continuaria (mesmo nesse estágio) possibilitando a prática efetiva do economista, o desenvolvimento de novas teorias e abrindo espaço para o diálogo.

Entretanto, Bianchi questiona se passado o período de transição, não deveriam os cientistas trabalharem nos seus paradigmas, e portanto, deixarem o pluralismo de lado. Outros autores questionam se o pluralismo não seria uma posição aberta apenas enquanto fosse minoria, passando a ser monista ao alcançar o status de *mainstream* (GARNETT Jr, 2006; FERNANDEZ, 2011).

Acreditamos que aqui exista um problema na compreensão da posição interina por Bianchi, que entende essa postura de Caldwell como uma resposta ao problema da plausibilidade do pluralismo apenas em períodos de crises paradigmática. Porém, Caldwell (1988) utiliza a saída da “posição interina” para uma resposta à questão de uma inexistência da teoria da verdade na proposta pluralista. Mas mesmo que haja mesmo essa compreensão equivocada, o questionamento feito por Bianchi é válido e uma crítica importante ao pluralismo.

Então, trazemos para discussão a posição de Andrea Salanti, que defende duas perspectivas diferentes ao pluralismo: uma postura ética adotada pelo cientista e um instância metodológica (SALANTI, 1997, p. 8).

Embora este trabalho tenha se concentrado no pluralismo enquanto possibilidade de programa metodológico, acreditamos que um suposto problema quanto à datação do pluralismo deve ser encarado também sobre esse ponto de vista da posição ética.

O pluralismo enquanto uma postura ética representa uma disposição do cientista a aceitar a opinião diferente da sua enquanto (ao menos) uma possibilidade, não agindo de forma dogmática frente a essa. Ou seja, uma posição que permite a coexistência das diferenças. Isso não implica numa aceitação de todas as outras posições, evidentemente. Implica apenas numa não exclusão automática, antes mesmo de ter contato com a proposta da abordagem divergente. Aqui, ratificamos o valor da crítica enquanto um critério para avaliação de diferentes teorias.

Então, acreditamos que as respostas às questões sobre a transitividade da proposta devem ser dadas em conjunto, considerando o pluralismo enquanto uma posição ética e uma posição metodológica.

Defendemos então, que o pluralismo não concerne apenas aos períodos de revolução paradigmática, posto que enquanto uma posição ética, ele assume um valor cognitivo na condução da pesquisa científica, creditado à ideia que a profusão de teorias adversas é benéfica para o desenvolvimento da ciência, por afastá-la do dogmatismo.

Também sobre a perspectiva metodológica mais restrita, o pluralismo não é uma posição temporária mais do que qualquer outra posição dentro da metodologia. Essa afirmação pode ser amparada pelo pluralismo estruturado de Dow, visto que, enquanto continuarmos situando a economia dentro do quadro de trabalho de um sistema aberto, esse nunca será encerrado em definitivo, totalmente escrutinado e abordado.

Parece-nos também que a discussão feita sobre a questão de uma datação do pluralismo aborda outra já levantada, sobre a instância de um pluralismo “total” (conforme seção 5.2). Portanto, um desenvolvimento do pluralismo ao passo que esse torne a prática dominante é contraditória com sua própria definição. O pluralismo não é compatível com o monismo.

Além disso, não esqueçamos da importante papel dado às escolas de pensamento por Dow. O pluralismo não deve ser advogado como única possibilidade, pois como já visto, isso seria contraditório. As diferentes posições devem ser estimuladas, e não se espera que todo economista, ao fazer economia esteja preocupado com todas as demais possibilidades para além de sua perspectiva. Isso seria, além de utópico, inviável. Porém, pode-se sim esperar que, um keynesiano trabalhe dentro do arcabouço desta abordagem, mas sem desconsiderar que existem outras possibilidades externas à essa, e, ainda mais fortemente, deve-se desejar que, consciente dessas outras possibilidades, não imponha sua abordagem como excludente de todas as demais.

Talvez, então, a única instância para uma impossibilidade da proposta pluralista em economia seja uma resposta em outra instância, isto é, na definição do problema da verdade. Entretanto, nem mesmo essa resolução pode exaurir o

pluralismo completamente, porque a aceitação de um consenso no nível epistemológico limita a pluralidade de métodos, mas não a exclui totalmente. Assim, dados os diferentes recortes do pesquisador, mesmo dentro de uma unidade epistemológica, ainda restarão caminhos diferentes (métodos) para o alcance dos diferentes acessos à essa realidade recortada.

Porém, esse já é um esforço criativo, posto que não vivemos num estado atual de unidade epistemológica. Para além disso, acreditamos que dado à natureza das ciências humanas nunca o viveremos. Mas por um compromisso pluralista, essa possibilidade não é sumariamente abolida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado por Mäki (1997) e Fernandez (2011) pluralismo e pluralidade expressam concepções diferentes. Tanto o são que a pluralidade pode existir dentro de um ambiente não pluralista, como atualmente parece ser o caso da economia. Isso porque a pluralidade é simplesmente a existência de diferença, enquanto o pluralismo é uma teoria que incentiva essa pluralidade, ao enxergá-la como positiva e profícua.

Ao longo desta pesquisa buscou-se uma proposta de teoria do pluralismo dentro da economia. Essa teoria visava, então, superar o monismo, já que essa postura frequentemente tende ao dogmatismo e ao imobilismo dentro do debate científico, ao relegar à marginalização posições contrárias às posturas dominantes, muitas vezes sem ao menos avaliar seus conteúdos de forma crítica e sistemática.

Acreditamos que uma abordagem que concilie a visão de John N. Keynes de impossibilidade de um método único, o quadro de consistência ontológica-epistêmica-metodológica do pluralismo estruturado de Sheila Dow e o pluralismo crítico de Bruce Caldwell aplicado à instância metodológica seja um bom caminho para a avaliação e mesmo formulação de teorias na economia.

Para ser ainda mais específico, definimos como nossa proposta ao final deste trabalho que os empreendimentos em economia (pesquisa, descoberta, e até mesmo, prospecções de políticas) são compatíveis com a “proposta pluralista conciliatória” do parágrafo acima. E reforçamos, tanto no campo da análise quanto na perspectiva da proposta, e portanto, tanto para metodólogos como para “praticantes”. Entretanto, pensamos que no nível da prática, os valores éticos de um pluralismo sejam mais universais que suas prescrições metodológicas (como visto em Caldwell). Mais reflexão sobre as implicações (ou até mesmo possibilidade) do pluralismo atuando na instância normativa são necessárias.

Porém, mais que isso, concluímos que uma posição pluralista só pode ser viável em um debate não viciado por posições imutáveis, que disponha-se a criticar e ser criticado, avaliando as propostas através da racionalidade. Isso não implica na comum compreensão positivista de uma ciência livre de valores. Não acreditamos que a ciência assim o seja, e tampouco pensamos que assim ela deveria ser.

Entretanto, é preciso que os valores individuais dos cientistas sejam declarados, e, sobretudo, que estes valores não sejam mais significativos que a avaliação crítica à hora do estudo ou proposição de teorias. Acreditamos que, se é o método de investigação que dá à ciência sua credibilidade, a crítica constante ainda é a melhor maneira de evoluir o conhecimento gerado sobre os objetos estudados.

Para além da formalização ou da análise histórica, dos métodos econométricos ou da interpretação retórica, há a capacidade crítica do economista. Essa capacidade deve orientar na adequação das ferramentas utilizadas para o melhor entendimento do objeto estudado. Não há, então, uma fórmula talhada em pedra sobre qual são as escolhas corretas no campo metodológico.

Não negligenciamos o fato que a proposta ainda precisa ser mais bem construída, sobretudo nessa definição do que pode ou não ser talhado. Em verdade, acreditamos que o próprio pluralismo nunca poderá encerrar essa questão. Portanto, se a ambição for um critério demarcacionista, entendemos que não é o pluralismo que se deva procurar.

Porém, como defende Fernandez (2011), pensamos que talvez uma das tarefas da metodologia seja justamente incentivar esse pluralismo, se não como um conjunto de procedimentos que facilitem o debate econômico (aqui estamos falando de uma adoção mais integral daquilo que apontamos como a proposta metodológica de Bruce Caldwell), ao menos enquanto uma instância ética, que entenda a pluralidade enquanto benéfica. Esse é um tipo de posicionamento conhecidamente complicado, pois permite uma série de outras reivindicações morais. Mas acreditamos que este seja um risco que se deva correr, e sobre esse aspecto, estamos completamente conscientes das possíveis críticas.

Indicamos que trabalhos nesse sentido (de uma maior abordagem do que seria o princípio ético do pluralismo), além de uma revisão bibliográfica mais cuidadosa, abarcando autores que ficaram fora desta nossa compilação são, além de bem-vindos, necessários. Assim como também seria uma maior abordagem dos temas que aqui não foram tratadas, como as implicações ontológicas e epistemológicas de uma proposta pluralista.

Outra abertura de pesquisa que se desvela é a análise das implicações da crise de 2008 no pensamento dos economistas, isto trouxe à tona questões que

eram postas à margem. Nesse sentido, podemos observar em momentos de incerteza uma retomada à metodologia, como se numa compreensão de que se nossas previsões falharam tão grosseiramente, talvez as bases que nos alicerceiam não sejam tão firmes como imaginávamos. Observando as movimentações após a *déblâcle*, porém, parece-nos que esse movimento é mais lento do que deveria, e que o debate sobre os pontos que ainda não explicados concentram-se na heterodoxia, sendo o *mainstream* pouco aberto aos questionamentos. Essa é uma impressão nossa, e, portanto, uma pesquisa mais profunda sobre o tema seria uma contribuição muito válida.

Por fim, o desenvolvimento do pluralismo nos parece, portanto, muito ligado aos compromissos éticos que a comunidade científica partilha. Entendemos que a aceitação do pluralismo enquanto uma viabilidade deve ser gestado numa ciência mais aberta às novas abordagens, e, sobretudo, menos amparada no seu próprio prestígio. Pensamos que é hora do próprio empreendimentos científico se questionar sobre seu discurso e prática. Os filósofos parecem estar muito avançados nesse campo. Resta agora aos economistas tomarem também consciência de seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Métodos e técnicas de pesquisa – modelando as ciências empresariais**. São Paulo: Saraiva, 2012

BIANCHI, Ana Maria. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de economia política**, v. 12, n. 2, p. 135-142, 1992.

BLAUG, Mark. **A Metodologia da Economia – Ou como os economistas explicam** [tradução de Afonso Luiz Medeiros dos Santos Lima. – 2. Ed. Rev. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999

CALDWELL, Bruce. “The case for pluralism”. In De Marchi, Nei. (org.), **The Popperian Legacy in Economics: Papers Presented at a Symposium in Amsterdam, December 1985**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. **Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century** (2ª Ed.). Londres: Allen & Unwin, 1984.

_____. Comment: varieties of pluralism. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 1997.

_____. Some Reflections on “Beyond Positivism”. **Journal of Economic Issues**. Vol. 19, n. 1, p. 187-194, 1985

CAVALIERI, Marco Antônio Ribas. Sobre os porquês do pluralismo em Economia: aproximações de uma alternativa historicista. **Pesquisa & Debate**, volume 20, n. 1, p. 165-187, 2009.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Catecismo positivista**. São Paulo (SP): Noval Cultural, 1988.

DOW, Sheila. **Heterodox Economics: A Common Challenge to Mainstream Economics?** In: *Macroeconomics and Macroeconomic Policies: Alternatives to the Orthodoxy* Conference, Berlin, 28-9 Setembro, 2005. Disponível em: <http://www.boeckler.de/pdf/v_2005_10_28_dow.pdf> Acesso em: 13 mai 2013.

_____. Methodological Pluralism and Pluralism of Method. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology**. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.

_____. Plurality in Orthodox and Heterodox Economics, **The Journal of Philosophical Economics**. 1:2, 73-96, 2008

_____. Structured Pluralism. **Journal of Economic Methodology**. Vol. 11, n. 3, 2004.

_____. **Why Economists Think How They Think**. Entrevista concedida à Bruce Caldwell. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=pogekoaB5Bo>> Acesso em: 12 de outubro de 2013.

DUTRA, Luiz Henrique Araújo. **Introdução à Teoria da Ciência**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

ESTEVES, Renato. Os alquimistas. **Revista Piauí**, n. 60, setembro de 2011. Disponível em <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-60/anais-da-ciencia/os-alquimistas>> Acesso em: 10/11/2013

FERNANDEZ, Ramón Vicente Garcia. **A metodologia com argumento para uma economia pluralista**, Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 2011.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. 2 Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FONSECA, Paulo Victor da. **Dinâmicas migratórias em um ambiente complexo e adaptativo com redes *small-world***. Monografia. Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GARNETT Jr, Paradigms and Pluralism in Heterodox Economics. **Review of Political Economy**, v. 18, n. 4, p. 521-546, 2006

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010

HAYEK, Friedrich von .Scientism and the study of society – Part I. **Economica**, pp. 267-291, 1942.

_____. Degrees of explanation. In: HAYEK, F.: **Studies in philosophy, politics and economics**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1967.

_____. The theory of complex phenomena. In: BUNGE, M. (ed.): **The critical approach to science and philosophy**. Londres: The free Press of Glencoe, 1964

_____. **A Pretensão do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Edições Multiplic EPGE vol. 2, nº 5, p.183-193, abril 1982.

KELLERT, Stephen H.; LONGINO, Helen E e WATERS, C. Keneth (org.), **Scientific Pluralism. Minnessota**: University of Minnesota Press, 2006

KEYNES, John Neville. **The escope and Method of Political Economy**. Kitchner: Batoche Books, 1999.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006.

LACEY, Hugh. **Is science value free?** Values and scientific understanding. Londres: Routledge, 1999

_____. Pluralismo metodológico, incomensurabilidade, e o status científico do conhecimento tradicional. **Scientiae Studia**, v. 10, n. 3, p. 425-453, 2012.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5ª ed. rev. São Paulo : Cortez, 1994.

MÄKI, Uskali. The one world and the many theories. **Pluralism in Economics**: new prespectives in history and methodology. Cheltenham: Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.

MCCLOSKEY, D. **Knowledge and persuasion in economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. The Rethorics of Economics. **Journal of Economic Literature**, jun. 1983, p. 481-517, 1983.

MORIN, Edgar. Por um reforma do pensamento. In: PENNA-VEGA, Alfredo (Org.). **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.

REGNER, Anna Carolina Krebs Pereira. Feyerabend e o pluralismo metodológico. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**. Florianópolis, v.13, n.3, p. 231-247, 1996.

REGO, José Márcio (Org.). *Retórica na Economia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SALANTI, A. Introduction. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology**. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.

SALANTI, Andrea. SCREPANTI, Ernesto. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology**. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.

SAMUELS, W. The Case for Methodological Pluralism. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and economics**. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.